

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAREM-SE, CUMULATIVAMENTE, EM 30 DE ABRIL DE 2018, ÀS 17 HORAS.

À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig:

O Conselho de Administração da Cemig Geração e Transmissão S.A.:

Considerando que:

- a) em conformidade com o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações e com os artigos 20 a 24 do Estatuto Social, bem como com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017, com apresentação de Lucro Líquido de R\$428.459 mil e saldo de Lucros Acumulados de R\$13.712 mil, decorrente de realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial, compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia; e,
- b) o Estatuto Social estabelece a distribuição de dividendo obrigatório mínimo de 50%, conforme disposto no parágrafo único do seu artigo 21;

vem propor que ao Lucro Líquido de 2017, no montante de R\$428.459 mil, e a saldo de Lucros Acumulados de R\$13.712 mil, seja dada a seguinte destinação:

- a) R\$214.230 mil, correspondentes a 50% do lucro líquido, pagos como dividendos intermediários em substituição aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme PD-019/2018;
- b) R\$206.372 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos e necessidades de capital consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2018, conforme orçamento de capital;
- c) R\$146 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referentes aos incentivos fiscais obtidos em 2017 em função dos investimentos realizados na região da Sudene; e,
- d) R\$21.423 mil, relativos a 5% do Lucro Líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social.

O Anexo 1 a esta proposta trata do demonstrativo do cálculo dos dividendos propostos e o Anexo 2 dispõe sobre o orçamento de capital.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses da acionista e da Companhia, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pela acionista.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Hermes Jorge Chipp

Marco Antônio de Rezende Teixeira

José Pais Rangel

Antônio Dirceu Araújo Xavier

Marcelo Gasparino da Silva

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Nelson José Hubner Moreira

Arlindo Magno de Oliveira

Agostinho Faria Cardoso

Daniel Alves Ferreira

Ricardo Wagner Righi de Toledo

Helvécio Miranda Magalhães Junior

Índice

Anexo 1 - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia - item 10 do Formulário de Referência - art. 9º, III da ICVM 481/09

Anexo 2 – Orçamento de Capital

Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta

Anexo 4 - Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras

Anexo 5 – Parecer dos Auditores Independentes

Anexo 6 - Demonstrativo do cálculo dos dividendos propostos

Anexo 7 – Eleição de membros do CA e CF – art. 10 da ICVM 481/09

Anexo 1 - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia - item 10 do Formulário de Referência - art. 9º, III da ICVM 481/09

10.1

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2016 nós destacávamos os desafios e dificuldades no ambiente macroeconômico, e para a Cemig, em especial, ter que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Concluído o ano de 2017, entendemos ter boas notícias dos importantes avanços que foram obtidos na gestão da Cemig.

Iniciando pela gestão da dívida, tínhamos aproximadamente R\$5,3 bilhões de dívidas com vencimento nos anos de 2017 e 2018. Após mais de 20 anos ausente do mercado internacional de dívida, fizemos a captação de recursos no exterior de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) em bonds, com vencimento em 2024.

Além disso, fizemos o reperfilamento de R\$0,7 bilhão da nossa dívida. Essas duas iniciativas, em conjunto, equilibraram o nosso fluxo de caixa, alongaram o prazo médio de nossas dívidas, além de aprimorar a nossa qualidade de crédito.

Adicionalmente, de forma a melhorar a nossa liquidez e redução do endividamento, anunciamos em junho de 2017 o nosso programa de desinvestimento, com priorização da alienação de ativos com maior liquidez, que não trazem retorno no curto prazo ou que não sejam estratégicos. Apesar das dificuldades e complexidades inerentes aos processos de alienação, estamos confiantes que as ações que estamos realizando trarão resultados positivos em 2018, o que permitirá a redução de forma mais acentuada e acelerada da alavancagem da Companhia.

Continuamos na busca de melhoria da nossa eficiência operacional. Implementamos um novo programa de desligamento voluntário que teve a adesão em 2017 de 249 empregados, que certamente terá efeitos positivos nos próximos anos na redução das despesas operacionais da Companhia.

Nosso lucro líquido foi de R\$429 milhões, valor 512,86% superior ao resultado obtido em 2016, de R\$70 milhões. Nossa geração de caixa, medida pelo Lajida, cresceu 40,68%, de R\$1.389 milhões em 2016 para R\$1.954 milhões em 2017. Temos a convicção de que a melhoria da nossa lucratividade e geração de caixa representam uma tendência para os próximos anos, como resultado de nossas ações presentes.

Nossos indicadores financeiros vem apresentando melhoria, conforme abaixo:

Endividamento e Liquidez

Ano	2015	2016	2016
Dívida Bruta	7.739	8.634	8.320
Dívida Líquida	5.538	7.769	7.396
Divida Liq / Pat Liq %	118,23	169,52	1,54
Divida liq / Lajida	1,31	5,59	3,79
Liquidez Corrente	0,8	0,5	0,9
Capital Circulante Líquido	(743)	(2.476)	(418)

No que se refere ao negócio de transmissão, a definição das regras de indenização dos ativos no ano anterior nos garantiu um fluxo de caixa estável para os próximos anos que permitiu a aprovação de um programa plurianual de investimentos para a Cemig GT, de R\$1,1 bilhão, que viabilizará, no futuro, a agregação de novas receitas decorrentes desses investimentos.

Em nosso negócio de geração de energia, ressalta-se a indenização superior a R\$1 bilhão prevista para os projetos básicos das usinas de São Simão e Miranda. Estamos em discussão com o Governo Federal dos critérios de mensuração dessa indenização em busca de uma justa indenização para os investimentos realizados pela Companhia.

Além de todas as ações mencionadas que implementamos, que trazem uma agregação de valor para a Cemig GT, as expectativas macroeconômicas de aumento do PIB em 2018 e redução nas taxas de juros tem um efeito positivo direto para a Empresa, que se traduz em redução da inadimplência, redução nos custos financeiros da dívida e melhoria no mercado de energia.

Concluindo, estamos otimistas com o futuro, que através da nossa capacidade de gestão, da competência e comprometimento de nossos colaboradores, construiremos uma história positiva para a Cemig GT nos próximos anos, com o retorno adequado e sustentável dos investimentos.

Acreditamos que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o plano de negócios e cumprir as obrigações de curto e médio prazo.

b. Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada, compreendendo, em 31 de dezembro de 2017, um endividamento de R\$ 8.320 milhões, sendo 19% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 81% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento era de R\$ 8.634 milhões, sendo 38% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 62% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento de R\$ 7.739 milhões tinha 37% deste montante em dívidas de curto prazo e 63% em dívidas de longo prazo. A redução, embora pequena, do endividamento

verificado em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 2016, decorreu das amortizações ocorridas no ano. O aumento do endividamento verificado em 31 de dezembro de 2016, em comparação com 2015, decorreu do financiamento para o pagamento da 2ª parcela da outorga das 18 usinas constantes do lote D do leilão promovido pelo Governo Federal em dezembro de 2015, bem como do refinanciamento da dívida contratada para o pagamento da 1ª parcela da outorga. Pode-se dizer que o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). Entendemos como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Anos	Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)
2015	54%
2016	63%
2017	61%

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia podem ser obtidas nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 4.794 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 7.381 milhões, Já o patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 4.583 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 7.769 milhões. Tais alterações verificadas entre os anos de 2017 e 2016 se devem ao aumento das reservas de lucros e a um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, bem como à amortização da dívida. Em 31 de dezembro de 2015 o patrimônio líquido era de R\$ 4.684 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 5.539 milhões. Tais alterações verificadas entre os anos de 2016 e 2015 se devem ao aumento do endividamento decorrente do financiamento para o pagamento da outorga das 18 usinas constantes do lote D do leilão promovido pelo Governo Federal em dezembro de 2015. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis razoáveis, sendo 61% em 31 de dezembro de 2017, 63% em 31 de dezembro de 2016 e 54% em 31 de dezembro de 2015. As variações entre tais indicadores podem ser justificadas, basicamente, pelas variações no estoque da dívida.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, tendo alcançado, em 31 de dezembro de 2017, um montante maior do que em 31 de

dezembro de 2016, de R\$ 1.954 milhões em comparação com R\$ 1.389 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, o montante foi mais significativo, de R\$ 4.242 milhões.

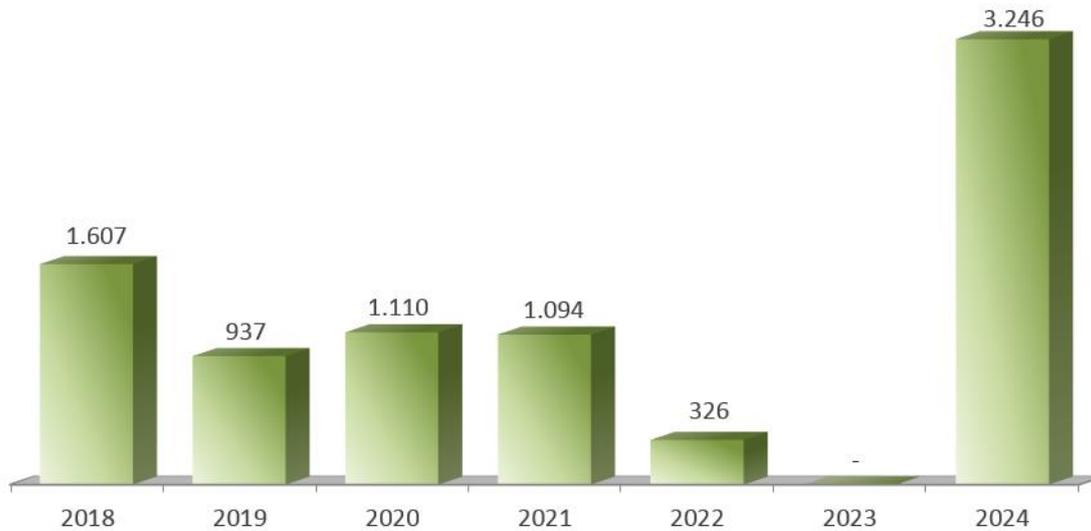
O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (TVM) era de R\$ 939 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$ 648 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 2.182 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Com uma dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa e TVM) de R\$ 7.381 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$ 7.769 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 5.539 milhões em 31 de dezembro de 2015, aponta-se que cerca de 3,78 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam necessários para quitar o saldo devedor de 2017, enquanto que 5,59 anos de geração de caixa operacional seriam necessários para quitar o saldo devedor de 2016 e 1,31 anos de geração de caixa operacional seriam suficientes para quitar o saldo devedor em 2015. Estas variações de 2017 decorrem da redução do endividamento e do acréscimo do LAJIDA.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$ 8.320 milhões está mais alongada, com 43,92% vencendo em 3 anos e com prazo médio de 4,3 anos:

Cronograma de Amortizações da Dívida

Posicionamento em Dezembro/2017 (R\$ milhões)



A grande concentração de dívida que havia no curto prazo foi alongada com o reperfilamento da dívida e a emissão de bonds no mercado internacional.

Os Diretores da Companhia entendem que há plenas condições da Companhia refinanciar a dívida que restou no curto prazo, uma vez que tem um histórico bem sucedido de acesso ao mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinanciar sua dívida.

O passivo circulante da Companhia era de R\$ 3.392 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$ 4.826 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 4.260 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução em 2017 decorreu do esforço implementado pela Companhia para alongar a dívida. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos e dividendos a serem pagos ao acionista controlador.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem capacidade de não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas, empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As operações da Companhia são financiadas por meio da geração de caixa dos negócios, captações no mercado de capitais, mediante emissões de debêntures e pela contratação de financiamentos de longo prazo. As despesas operacionais e financeiras, investimentos e manutenção dos custos de operação da Companhia são financiados por meio da geração de caixa, ao passo que novas aquisições de investimentos e imobilizado têm sido financiadas com contratação de financiamentos e emissões de debêntures.

A seguir são descritas as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas pela Companhia e algumas de suas controladas, nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015:

Ao longo do ano de 2017, a Cemig GT, em conjunto com a Cemig D, realizou uma negociação construtiva com seus principais bancos credores, visando à substituição de dívidas que venciam a partir de 2017 por novas dívidas com amortizações programadas para ocorrer em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2019, no caso da Cemig GT, e a partir de julho de 2019, no caso da Cemig D. A dívida-alvo do reperfilamento compreendeu certas dívidas contraídas com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal - CEF, o Banco Bradesco e o Itaú Unibanco. Ao final de dezembro, as empresas concluíram o reperfilamento de suas dívidas, sendo que no caso da Cemig GT, através de aditivos a operações de crédito com o Banco do Brasil no valor de R\$741 milhões. O reperfilamento da dívida da Cemig GT teve um custo de 140% da variação do CDI. A operação da Cemig GT será amortizada em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2019. Todas as dívidas contaram com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada à venda de ativos da Cemig GT.

Ainda em 2017, a Cemig GT emitiu Eurobonds no mercado internacional, no montante de US\$1 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a.. A emissão, com prazo de 7 anos, vencerá em dezembro de 2024, havendo a opção de um pré-pagamento, sem prêmio, a partir de quando a emissão completar 6 anos. A emissão, que conta com a garantia fidejussória da Cemig, foi utilizada para amortizar a dívida de curto prazo existente. A emissão contou com um rating “B” atribuído pela Fitch e pela Standard&Poors. Com o objetivo de se proteger da variação cambial, a Cemig GT realizou a liquidação financeira da emissão, em 05/12/2017, concomitantemente com a contratação de uma operação de hedge, ao custo de 150,49% da variação do CDI, para o valor total, incluindo os juros, através de uma combinação de Swap dos juros mais Call Spread do principal (em que a Cemig GT admite estar protegida até uma determinada cotação). A Escritura da emissão prevê cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de covenants há restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os covenants foram definidos seguindo o padrão de covenants para emissões High Yield, os quais deixarão de ser aplicados se e quando a Cemig GT se tornar “investment grade” no conceito de duas agências de rating.

Em dezembro de 2016, a Companhia concluiu a 7ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória da sua controladora Cemig, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo sido emitidas 224.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil na data de emissão, totalizando R\$ 2.240 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para o resgate das 144 (cento e quarenta e quatro) notas promissórias comerciais da 6ª (sexta) emissão da Companhia, emitidas em 30 de dezembro de 2015, bem como para o pagamento de outras dívidas vincendas no ano de 2016 e recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas.

Em outubro de 2016, foi celebrado o Contrato de Crédito Bancário, no valor de R\$ 600 milhões,

destinados ao pagamento e/ou amortização de 16 operações de capital de giro da Companhia junto ao Banco do Brasil S.A. O empréstimo contou com a garantia da Cemig e será amortizado em quatro parcelas semestrais, com início em abril de 2017. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 132,90% da variação do DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”).

Em julho de 2016, a Companhia concluiu a 7ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 124 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 5 milhões na data de emissão, qual seja, 01 de julho de 2016, totalizando R\$ 620 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento da 2ª (segunda) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015. A 7ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a Cemig.

Em dezembro de 2015, a Companhia concluiu a 6ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 144 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10 milhões na data de emissão, qual seja, 30 de dezembro de 2015, totalizando R\$ 1.440 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento da 1ª (primeira) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015. A 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a Cemig.

Além disso, a Companhia prorrogou em outubro de 2015 parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$540 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário, e nova operação de rolagem de dívida com o Banco da Amazônia no valor de R\$120 milhões.

Em julho de 2015, a Companhia concluiu a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 97.275 debêntures da 1ª série e 2.725 debêntures da 2ª série com valor nominal unitário de R\$10 mil na data de emissão, qual seja 15 de julho de 2015, totalizando R\$ 1.000 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. A 6ª emissão de debêntures simples conta com a fiança da sua controladora, a Cemig.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral Cemig, uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de alta liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um

cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.

- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao Índice Geral do Mercado IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de *hedge* não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter coerência com o Plano Diretor da Cemig. A Cemig tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da Cemig, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da Cemig serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: endividamento consolidado da Cemig / EBITDA menor ou igual a dois e dívida líquida / (patrimônio líquido + dívida líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de *rating* e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento prevêm cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 8.320 milhões, sendo de R\$ 7.381 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro

de 2016, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 8.634 milhões, sendo de R\$ 7.769 milhões a dívida líquida. Tais alterações verificadas na comparação entre os exercícios de 2016 e 2017 decorreram das amortizações de dívida. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 7.739 milhões, sendo de R\$ 5.539 milhões a dívida líquida. Tais alterações verificadas na comparação entre os exercícios de 2015 e 2016 decorreram do financiamento para o pagamento da 2ª parcela da outorga das 18 usinas constantes do lote D do leilão promovido pelo Governo Federal em dezembro de 2015, bem como do refinanciamento da dívida contratada para o pagamento da 1 parcela da outorga.

Para fins deste Formulário de Referência, “Dívida Líquida” significa uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, consistindo no somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM. Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. A Companhia divulga Dívida Líquida porque a utiliza para medir o seu nível de endividamento. Para mais detalhes, vide seção 3.9 deste Formulário de Referência.

Em 30 de dezembro de 2017, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (44% do total), IPCA (16% do total) e dólar (40% do total). Vale ressaltar que a dívida em dólares, referente aos bonds, tem um hedge, ao custo de 150,49% da variação do CDI, para o valor total, incluindo os juros, através de uma combinação de Swap dos juros mais Call Spread do principal (em que a Cemig GT admite estar protegida até uma determinada cotação)

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito ainda satisfatória da Companhia, face aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos, sendo que o ano de 2016 foi comprometido pela redução verificada no LAJIDA:

	<i>Em 31 de dezembro de</i>		
	2017	2016	2015
Endividamento do Patrimônio Líquido	3,49	2,60	2,27
Dívida Líquida / LAJIDA	3,8	5,6	1,30
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	61%	63%	54%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido

(2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa menos TVM.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em mil):

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 2017			Consolidado 2016
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	4.178	205	4.383	7.416
Eurobonds	2024	9,25%	USD	25.149	3.308.000	3.333.149	-
(-) Custos de Transação				-	(15.400)	(15.400)	-
(-) Juros Pagos Antecipadamente (1)				-	(47.690)	(47.690)	-
Dívida em Moeda Estrangeira				29.327	3.245.115	3.274.442	7.416
MOEDA NACIONAL							
Nota Promissória - 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	-	-	-	674.196
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	-	-	-	150.683
Banco do Brasil S.A.	2021	140,00% do CDI	R\$	1.100	741.264	742.364	1.156.368
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	121.470	-	121.470	122.596
FINEP	2018	TJLP+5% e TJLP+8%	R\$	2.359	-	2.359	5.504
BNDES	2017	TJLP+2,34%	R\$	-	-	-	73.389
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) Custos de Transação				(450)	(8.404)	(8.854)	(26.625)
Dívida em Moeda Nacional				124.664	732.860	857.524	2.156.296
Total de Empréstimos e Financiamentos				153.991	3.977.975	4.131.966	2.163.712
Debêntures - 1ª Série - 3ª Emissão (3)	2017	CDI + 0,90%	R\$	-	-	-	543.214
Debêntures - 2ª Série - 3ª Emissão (3)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	157.866	143.199	301.065	293.152
Debêntures - 3ª Série - 3ª Emissão (3)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	50.766	959.436	1.010.202	983.679
Debêntures - 1ª Série - 5ª Emissão (3)	2018	CDI + 1,70%	R\$	703.021	-	703.021	1.411.295
Debêntures - 1ª Série - 6ª Emissão (3)	2018	CDI + 1,60%	R\$	507.692	-	507.692	1.040.715
Debêntures - 2ª Série - 6ª Emissão (3)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	1.107	30.986	32.093	31.223
Debêntures - 1ª Série - 7ª Emissão (3)	2021	140,00% do CDI	R\$	47.319	1.636.238	1.683.557	2.241.592
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (4)				(12.405)	-	(12.405)	(27.102)
(-) Custos de Transação				(1.936)	(35.092)	(37.028)	(47.809)
Total de Debêntures				1.453.430	2.734.767	4.188.197	6.469.959
Total Geral				1.607.421	6.712.742	8.320.163	8.633.671

(1) Juros pagos de forma antecipada no recebimento dos recursos do Eurobonds.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem preferência, nominativa e escritural.

(4) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 27.

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2017, era superior a R\$ 50 milhões):

I. Contrato de Abertura Crédito Fixo

Em dezembro de 2017, foram celebrados aditivos a contratos com o Banco do Brasil, totalizando R\$741 milhões. A operação da Cemig GT será amortizada em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2019. Todas as dívidas contaram com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada à venda de ativos da Cemig GT. Os encargos incidentes sobre a operação hoje são de 140% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 742 milhões.

II. Bonds

Em dezembro de 2017, a Cemig GT emitiu Eurobonds no mercado internacional, no montante de

US\$1 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a.. A emissão, com prazo de 7 anos, vencerá em dezembro de 2024, havendo a opção de um pré-pagamento, sem prêmio, a partir de quando a emissão completar 6 anos. A emissão, que conta com a garantia fidejussória da Cemig, foi utilizada para amortizar a dívida de curto prazo existente. A emissão contou com um rating “B” atribuído pela Fitch e pela Standard&Poors. Com o objetivo de se proteger da variação cambial, a Cemig GT realizou a liquidação financeira da emissão, em 05/12/2017, concomitantemente com a contratação de uma operação de hedge, ao custo de 150,49% da variação do CDI, para o valor total, incluindo os juros, através de uma combinação de Swap dos juros mais Call Spread do principal (em que a Cemig GT admite estar protegida até uma determinada cotação). A Escritura da emissão prevê cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de covenants há restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os covenants foram definidos seguindo o padrão de covenants para emissões High Yield, os quais deixarão de ser aplicados se e quando a Cemig GT se tornar “investment grade” no conceito de duas agências de rating. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 3.333 milhões.

III- Terceira emissão de debêntures simples

Em março de 2012, a Companhia concluiu a terceira emissão pública de debêntures simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1mil na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da quarta emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1 milhão, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 1.311 milhões.

IV – Quinta emissão de debêntures simples

Em dezembro de 2014, a Companhia concluiu a 5ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil na data de emissão, qual seja 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.400 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. A 5ª emissão pública de debêntures da Companhia conta com garantia fidejussória de sua controladora, a Cemig. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 703 milhões.

V - Contrato de Abertura de Crédito nº 187.303-0

Em 26 de outubro de 2015, a Companhia emitiu em favor do Banco da Amazônia S.A. (BASA), uma CCB no valor de R\$ 120 milhões, com remuneração de CDI + 1,90% ao ano e vencimento em 26 de

outubro de 2018 e 10 de dezembro de 2018. Os recursos foram utilizados para o pagamento de juros das dívidas refinanciadas no mês de outubro de 2015. As CCBs foram garantidas pela Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 121 milhões.

VI – Sexta emissão de debêntures simples

Em julho de 2015, a Companhia concluiu a 6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 100.000 debêntures, em duas séries, sendo 97.275 debêntures da 1ª série e 2.725 debêntures da 2ª série com valor nominal unitário de R\$10 mil na data de emissão, qual seja 15 de julho de 2015, totalizando R\$ 1.000 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. A 6ª emissão de debêntures simples conta com a fiança da sua controladora, a Cemig. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 539 milhões.

VII – Sétima emissão de debêntures simples

Em dezembro de 2016, a Companhia concluiu a 7ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória da sua controladora Cemig, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo sido emitidas 224.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil na data de emissão, totalizando R\$ 2.240 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para o resgate das 144 (cento e quarenta e quatro) notas promissórias comerciais da 6ª (sexta) emissão da Companhia, emitidas em 30 de dezembro de 2015, bem como para o pagamento de outras dívidas vincendas no ano de 2016 e recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 1.684 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores da Companhia informam que não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e suas controladas e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, além daquelas já descritas no item 10.1(f) (i) deste Formulário de Referência.

iii . Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial da Companhia, há ordem de preferência quanto ao pagamento das obrigações, prevista e resguardada nos termos da Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída.

Cerca de 71% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da Cemig e cerca de 28% da dívida são garantidos por recebíveis e ações de subsidiárias da Cemig e da Cemig GT.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 2017, a emissão de bonds pela Cemig Geração e Transmissão S.A. previu cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de covenants há restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os covenants foram definidos seguindo o padrão de covenants para emissões High Yield, os quais deixarão de ser aplicados se e quando a Cemig GT se tornar “investment grade” no conceito de duas agências de rating.

Os covenants financeiros a serem observados semestralmente são os seguintes:

Covenant financeiro de manutenção Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant		
Período	Cemig	Cemig GT
31-Dez-2017	5,00x	5,50x
30-Jun-2018	5,00x	5,50x
31-Dez-2018	4,25x	5,00x
30-Jun-2019	4,25x	5,00x
31-Dez-2019	3,50x	4,50x
30-Jun-2020	3,50x	4,50x
31-Dez-2020	3,00x	3,00x
30-Jun-2021	3,00x	3,00x
31-Dez-2021 em diante	3,00x	2,50x

Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.

No reperfilamento da dívida com os banco credores em 2017, as operações contam com covenants financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia, bem como da Cemig GT, conforme a seguir.

Dívida Líquida / EBITDA		
Período	Cemig	Cemig GT

31-12-2017	4,50x	5,50x
30-06-2018	4,50x	5,50x
31-12-2018	4,25x	5,00x
30-06-2019	4,25x	5,00x
31-12-2019	3,50x	4,50x
30-06-2020	3,50x	4,50x
31-12-2020	3,00x	3,00x
30-06-2021	3,00x	3,00x
31-12-2021 em diante	2,50 x	2,50x

A Cemig Geração e Transmissão S.A. captou, em dezembro de 2016, R\$ 2.240 milhões, por meio de sua 7ª emissão de debêntures. A Escritura dessa emissão conta com uma cláusula financeira restritiva verificada semestralmente que prevê que a Cemig Geração e Transmissão S.A. terá a obrigação de manter sua dívida líquida / (Ebitda + dividendos Recebidos), igual ou inferior a: 5,5 vezes em dezembro de 2017; 5,0 vezes em dezembro de 2018; 4,5 vezes em dezembro de 2019; 3,0 vezes em dezembro de 2020; e 2,5 vezes em dezembro de 2021, inclusive. Esta mesma cláusula também prevê que a Companhia, garantidora da operação, terá a obrigação de manter sua dívida líquida / (Ebitda + dividendos Recebidos), igual ou inferior a: 4,5 vezes em dezembro de 2017; 4,25 vezes em dezembro de 2018; 3,5 vezes em dezembro de 2019; 3,0 vezes em dezembro de 2020; e 2,5 vezes em dezembro de 2021, inclusive.

Nota: Para fins do disposto nestes covenants, os termos terão os seguintes significados: 1) “Dívida Líquida” significa o saldo das contas de empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo circulante e não circulante), acrescido de dívidas com a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz e opções de venda (valor atualizado mensalmente), subtraído do saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante e não circulante), com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. ou da Companhia, conforme o caso, apresentadas à CVM. 2) “EBITDA” significa o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, e o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007: (a) subtraído de (a.1) equivalência patrimonial (coligadas), (a.2) provisões para opções de venda, (a.3) resultado não operacional, (a.4) reorganização societária e (a.5) efeito contábil da indenização da transmissão; e (b) acrescido de (b.1) efeito caixa da indenização da transmissão e (b.2) dividendos recebidos (coligadas). 3) “Dividendos Recebidos” significa os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos no período em questão.

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não tem limites de financiamento contratados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ATIVO (em R\$ milhões)	2017	AV%	2016	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	403	2,41	428	2,60	(5,84)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	521	3,12	424	2,57	22,88
Consumidores e Revendedores	850	5,09	725	4,40	17,24
Concessionários - Transporte de Energia	89	0,53	37	0,22	140,54
Ativo Financeiro da Concessão	689	4,12	333	2,02	106,91
Tributos Compensáveis	31	0,19	55	0,33	(43,,64)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	138	0,83	176	1,07	(21,59)
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	17	0,10	17	0,10	-
Adiantamento a Fornecedores	99	0,59	1	-	9.800,00
Créditos junto a Eletrobras	-	0,81	48	0,29	(100,00)
Outros Créditos	136	0,55	10	0,06	1.260,00
TOTAL DO CIRCULANTE	2.973	17,80	2.350	14,26	26,55
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	15	0,10	13	0,08	15,38
Tributos Compensáveis	8	0,05	15	0,09	(46,67)
Depósitos Vinculados a Litígios	310	1,86	229	1,39	35,37
Transações com Partes Relacionadas	352	2,11	75	0,45	369,33

Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	35	0,21	46	0,28	(23,91)
Adiantamento a Fornecedores	5	0,03	229	1,39	(97,82)
Ativos de concessão de geração	-	-	207	1,26	(100,00)
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	-	100,00
Outros Créditos	60	0,36	67	0,41	(10,45)
Ativo Financeiro da Concessão	6.024	36,05	4.755	28,85	26,69
Investimentos	4.723	28,26	5.292	32,10	(10,75)
Imobilizado	2.163	12,94	3.170	19,23	(31,77)
Intangíveis	33	0,20	36	0,22	(8,33)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	13.737	82,20	14.134	85,74	(2,81)
TOTAL DO ATIVO	16.710	100,00	16.484	100,00	1,37

PASSIVO (em R\$ milhões)	2017	AV%	2016	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	154	0,92	1.411	8,56	(89,09)
Debêntures	1.453	8,70	1.846	11,20	(21,29)
Fornecedores	472	2,82	377	2,29	25,20
Imposto de Renda e Contribuição Social	100	0,60	6	0,04	1.566,67
Impostos, Taxas e Contribuições	134	0,80	136	0,83	(1,47)
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	564	3,38	605	3,67	(6,78)
Salários e Encargos Sociais	49	0,29	53	0,32	(7,55)
Encargos Regulatórios	152	0,91	70	0,42	117,14
Obrigações Pós-Emprego	52	0,31	45	0,27	15,56
Venda Antecipada de Energia Elétrica	191	1,14	181	1,10	5,52
Instrumentos financeiros derivativos	13	0,08	-	-	100,00
Outras Obrigações	59	0,35	96	0,58	(38,54)
TOTAL DO CIRCULANTE	3.392	20,30	4.826	29,28	(29,71)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	3.979	23,81	753	4,57	428,42
Debêntures	2.734	16,36	4.625	28,06	(40,89)
Provisões	96	0,57	105	0,64	(8,57)
Obrigações Pós-Emprego	852	5,10	861	5,22	(1,05)
Impostos, Taxas e Contribuições	4	0,02	101	0,61	(96,04)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	416	2,49	286	1,74	45,45
Encargos Regulatórios	85	0,51	128	0,78	(33,59)
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	340	2,03	196	1,19	73,47
Outras Obrigações	19	0,11	20	0,12	(5,00)
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8.525	51,02	7.075	42,92	20,49
TOTAL DO PASSIVO	11.917	71,32	11.901	72,20	0,13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	1.838	11,15	1.838	11,15	-
Reservas de Lucros	2.703	15,00	2.475	15,01	9,21
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	-	-	-	100,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	153	1,64	271	1,64	(43,54)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.794	27,68	4.583	27,80	4,60
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.710	100,00	16.484	100,00	1,37

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2017 em comparação a 2016 são como segue:

Ativos Financeiros Da Concessão

- Aumento de R\$1.269 milhões nos Ativos Financeiros da Concessão de longo prazo em função principalmente da transferência para essa rubrica da indenização a receber das usinas de São Simão e Miranda (transferido do Imobilizado) e atualização do ativo financeiro de transmissão.

Investimentos

- Redução de R\$569 milhões nos Investimentos em função da equivalência patrimonial negativa das participações em Renova e Santo Antônio.

Dívida com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

- Redução de R\$313 milhões no saldo da Dívida com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures em função principalmente do maior pagamento de dívidas em relação as novas captações.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(R\$ milhões)	2017	AV%	2016	AV%	AH%
RECEITA LÍQUIDA	7.787	100,00	6.808	100,00	14,38
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal (a)	(383)	(4,92)	(379)	(5,57)	1,06
Participação dos Empregados no Resultado	(1)	(0,01)	(1)	(0,01)	-
Obrigações Pós-Emprego	59	0,76	(77)	(1,13)	-
Materiais	(14)	(0,18)	(13)	(0,19)	7,69
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(10)	(0,13)	-	-	(100,00)
Serviços de Terceiros (b)	(143)	(1,84)	(141)	(2,07)	1,42
Depreciação e Amortização	(158)	(2,03)	(183)	(2,69)	(13,66)
Provisões	(149)	(1,91)	(98)	(1,37)	52,04
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(350)	(4,49)	(318)	(4,67)	10,06
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	(4.170)	(53,55)	(3.052)	(44,83)	36,63
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	(24)	(0,31)	(54)	(0,79)	(55,56)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	(126)	(1,62)	(78)	(1,20)	61,54
	(5.472)	(70,27)	(4.393)	(64,50)	24,56

Resultado de Equivalência Patrimonial	(519)	(6,66)	(448)	(6,58)	15,85
Ajuste referente a desvalorização em investimento	-	-	(762)	(11,19)	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	1.796	23,06	1.205	17,70	49,05
Receitas Financeiras	217	2,79	182	2,67	19,23
Despesas Financeiras	(1.164)	(14,95)	(1.324)	(19,45)	(12,08)
Resultado Antes dos Impostos	849	10,90	63	0,93	1.247,62
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(254)	(3,26)	(38)	(0,56)	568,42
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(166)	(2,13)	45	0,66	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	428	5,50	70	1,03	511,43

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2017, um lucro líquido de R\$428 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$70 milhões no exercício de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou um crescimento de 40,68% em 2017 na comparação com 2016, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016	Var %
Lucro líquido do exercício	428	70	511,43
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	420	(7)	-
+ Resultado Financeiro Líquido	948	1.143	(17,06)
+ Amortização e Depreciação	158	183	(13,66)
= LAJIDA	<u>1.954</u>	<u>1.389</u>	<u>40,68</u>

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2017, em comparação com 2016 deve-se, principalmente, ao ajuste referente à desvalorização no investimento na Renova, registrado no ano anterior, no montante de R\$763 milhões. A margem do LAJIDA passou de 20,40% em 2016 para 25,09% em 2017.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$403 milhões, em comparação com R\$428 milhões em 31 de dezembro de 2016, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2017 totalizou R\$778 milhões e o caixa líquido consolidado consumido pelas atividades operacionais em 2016 totalizou R\$979 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, ao pagamento em 2016 da bonificação de outorga das concessões de 18 usinas hidrelétricas arrematadas no leilão da Aneel ocorrido em dezembro de 2015, no montante de R\$2.216 milhões.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2017 totalizou R\$373 milhões e o caixa líquido gerado pelas atividades de investimento em 2016 totalizou R\$543 milhões. Essa variação deve-se, basicamente, ao resgate de títulos e valores mobiliários no montante de R\$1.453 milhões em 2016, utilizado, principalmente, para o pagamento da bonificação de outorga.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R\$430 milhões e foi composto, principalmente, pela amortização de R\$3.473 milhões de empréstimos e pagamento de R\$255 milhões de juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$3.198 milhões de empréstimos.

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$580 milhões e foi composto pela captação de R\$3.382 milhões de empréstimos, parcialmente compensados pela amortização de R\$2.591 milhões de empréstimos e pagamento de R\$211 milhões de juros sobre o capital próprio.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ATIVO (em R\$ milhões)	2016	AV%	2015	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	428	2,60	283	1,84	51,24
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	424	2,57	1.899	12,37	(77,67)
Consumidores e Revendedores	725	4,40	970	6,32	(25,26)
Concessionários - Transporte de Energia	37	0,22	38	0,25	(2,63)
Ativo Financeiro da Concessão	333	2,02	13	0,08	2.461,54
Tributos Compensáveis	55	0,33	42	0,27	30,95
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	176	1,07	77	0,50	128,57
Dividendos a Receber	12	0,07	8	0,05	50,00
Estoques	4	0,02	5	0,03	(20,00)
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	17	0,10	13	0,08	30,77
Adiantamento a Fornecedores	-	-	87	0,57	-
Créditos junto a Eletrobras	48	0,29	-	-	-
Outros Créditos	91	0,55	82	0,53	10,98
TOTAL DO CIRCULANTE	2.350	14,26	3.517	22,92	33,18
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	13	0,08	18	0,12	(27,78)
Tributos Compensáveis	15	0,09	24	0,16	(37,50)

Depósitos Vinculados a Litígios	229	1,39	221	1,44	3,62
Transações com Partes Relacionadas	75	0,45	2	0,01	3.650,00
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	46	0,28	50	0,33	(8,00)
Adiantamento a Fornecedores	229	1,39	60	0,39	281,67
Outros Créditos	274	1,66	326	2,12	(15,95)
Ativo Financeiro da Concessão	4.755	28,85	2.034	13,25	133,78
Investimentos Imobilizado	5.292	32,10	5.752	37,48	(8,00)
Intangíveis	3.170	19,23	3.308	21,55	(4,17)
Intangíveis	36	0,22	36	0,23	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.134	85,74	11.831	77,08	(19,47)
TOTAL DO ATIVO	16.484	100,00	15.348	100,00	7,40

PASSIVO (em R\$ milhões)	2016	AV%	2015	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.411	8,56	2.129	13,87	(33,72)
Debêntures	1.846	11,20	701	4,57	163,34
Fornecedores	377	2,29	332	2,16	13,55
Imposto de Renda e Contribuição Social	6	0,04	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	136	0,83	134	0,87	1,49
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	605	3,67	718	4,68	(15,74)
Salários e Encargos Sociais	53	0,32	51	0,33	3,92
Encargos Regulatórios	70	0,42	56	0,36	25,00
Participações nos Lucros	3	0,02	27	0,18	(88,89)
Obrigações Pós-Emprego	45	0,27	38	0,25	18,42
Concessões a Pagar	3	0,02	3	0,02	-
Venda Antecipada de Energia Elétrica	181	1,10	-	-	-
Outras Obrigações	90	0,55	71	0,46	26,76
TOTAL DO CIRCULANTE	4.826	29,28	4.260	27,76	13,29
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	753	4,57	891	5,80	(15,49)
Debêntures	4.625	28,06	4.015	26,16	15,19
Provisões	105	0,64	78	0,51	34,62
Obrigações Pós-Emprego	861	5,22	683	4,45	26,06
Impostos, Taxas e Contribuições	101	0,61	101	0,66	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	286	1,74	378	2,46	(24,34)
Encargos Regulatórios	128	0,78	90	0,59	42,22
Concessões a Pagar	19	0,12	19	0,12	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	196	1,19	148	0,96	32,43
Outras Obrigações	1	0,01	1	0,01	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.075	42,92	6.404	41,72	10,48
TOTAL DO PASSIVO	11.901	72,20	10.664	69,48	11,60
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	1.838	11,15	1.838	11,97	-
Reservas de Lucros	2.475	15,01	2.486	16,20	(0,48)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	271	1,64	360	2,35	(24,72)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.583	27,80	4.684	30,52	(2,16)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.484	100,00	15.348	100,00	7,40

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2016 em comparação a 2015 são como segue:

Títulos e Valores Mobiliários

- Redução de R\$1.475 milhões nos Títulos e Valores Mobiliários em função da utilização dos recursos para pagamento em janeiro de 2016 da outorga referente ao leilão do lote D de geração vencido pela Companhia.

Ativos Financeiros Da Concessão

- Aumento de R\$3.039 milhões nos Ativos Financeiros da Concessão de curto e longo prazo em função do pagamento de bonificação de outorga de concessão de usinas de geração e atualização financeira dos valores a receber referente a indenização de transmissão.

Dívida com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

- Aumento de R\$894 milhões no saldo da Dívida com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures em função principalmente da cobertura do programa de investimentos da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(R\$ milhões)	2016	AV%	2015	AV%	AH%
RECEITA LÍQUIDA	6.808	100,00	7.377	100,00	(7,71)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal (a)	(379)	(5,57)	(335)	(4,54)	13,13
Participação dos Empregados no Resultado	(1)	(0,01)	(35)	(0,47)	(97,14)
Obrigações Pós-Emprego	(77)	(1,13)	(31)	(0,42)	148,39
Materiais	(13)	(0,19)	(16)	(0,22)	(18,75)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-	-	(84)	(1,14)	(100,00)
Serviços de Terceiros (b)	(141)	(2,07)	(159)	(2,16)	(11,32)
Depreciação e Amortização	(183)	(2,69)	(253)	(3,43)	(27,67)
Provisões	(93)	(1,37)	(106)	(1,44)	(12,26)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(318)	(4,67)	(293)	(3,97)	8,53
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	(3.052)	(44,83)	(2.601)	(35,26)	17,34

Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	(54)	(0,79)	(146)	(1,98)	(63,01)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	(82)	(1,20)	(74)	(1,00)	10,81
	(4.393)	(64,50)	(4.133)	(56,03)	6,29
Resultado de Equivalência Patrimonial	(448)	(6,58)	16	0,22	-
Ajuste referente a desvalorização em investimento	(762)	(11,19)	-	-	-
Resultado de Valor Justo em Reorganização Societária	-	-	729	9,88	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	1.205	17,70	3.989	54,07	(69,79)
Receitas Financeiras	182	2,67	205	2,78	(11,71)
Despesas Financeiras	(1.324)	(19,45)	(990)	(13,42)	33,74
Resultado Antes dos Impostos	63	0,93	3.204	43,43	(98,03)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(38)	(0,56)	(751)	(10,18)	(94,94)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45	0,66	(137)	(1,86)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	70	1,03	2.316	31,39	(96,98)

Resultado do Exercício

A Companhia apresentou, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, um lucro líquido de R\$70 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$ R\$2.316 milhões no exercício de 2015, redução de 96,98%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou uma redução de 67,26% em 2016 na comparação com 2015, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	31/12/2016	31/12/2015	Var %
Resultado do Período	70	2.316	(96,98)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(7)	888	(100,79)
+ Resultado Financeiro Líquido	1.143	785	45,61
+ Amortização e Depreciação	183	253	(27,67)
= LAJIDA	1.389	4.242	(67,26)

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido consolidado consumido pelas atividades operacionais em 2016 totalizou R\$979 milhões e o caixa líquido gerado em 2015 totalizou R\$1.897 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, ao pagamento em 2016 da bonificação de outorga das concessões de 18 usinas hidrelétricas arrematadas no leilão da Aneel ocorrido em dezembro de 2015, no montante de R\$2.216 milhões.

Fluxo de Caixa Consumido de Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento em 2016 totalizou R\$543 milhões e o caixa líquido consumido em 2015 totalizou R\$2.024 milhões.

Vide mais informações sobre os investimentos na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou acréscimo de R\$580 milhões e foi composto pela captação de R\$3.382 milhões de financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$2.591 milhões de empréstimos e financiamentos e pagamento de R\$211 milhões de juros sobre o capital próprio.

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento durante 2015 totalizou acréscimo de R\$121 milhões e foi composto, principalmente, pela captação de R\$3.113 milhões de financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$2.550 milhões de empréstimos e financiamentos e pagamento de R\$469 milhões de juros sobre o capital próprio.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO (em R\$ milhões)	2015	AV%	2014	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	283	1,84	291	2,35	(2,75)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	1.899	12,37	601	4,86	215,97
Consumidores e Revendedores	970	6,32	650	5,25	49,23
Concessionários - Transporte de Energia	38	0,25	38	0,31	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	0,08	5	0,04	160,00
Tributos Compensáveis	42	0,27	60	0,48	(30,00)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	77	0,50	109	0,88	(29,36)
Dividendos a Receber	8	0,05	24	0,19	(66,67)
Estoques	5	0,03	6	0,05	(16,67)
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	13	0,08	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	87	0,57	-	-	-
Outros Créditos	82	0,53	75	0,61	9,33
TOTAL DO CIRCULANTE	3.517	22,92	1.857	15,00	89,39
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	18	0,12	10	0,08	80,00
Tributos Compensáveis	24	0,16	41	0,33	(41,46)
Depósitos Vinculados a Litígios	221	1,44	174	1,41	27,01
Transações com Partes Relacionadas	2	0,01	2	0,02	-
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	50	0,33	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	60	0,39	-	-	-
Outros Créditos	326	2,12	86	0,70	279,07
Ativo Financeiro da Concessão	2.035	13,26	1.268	10,24	60,49
Investimentos	5.751	37,47	4.039	32,63	42,39
Imobilizado	3.308	21,55	4.850	39,18	(31,79)



Geração e Transmissão S.A.

Intangíveis	36	0,23	50	0,40	(28,00)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	11.831	77,08	10.521	85,00	12,45
TOTAL DO ATIVO	15.348	100,00	12.378	100,00	23,99

PASSIVO (em R\$ milhões)	2015	AV%	2014	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.129	13,87	2.211	17,86	(3,71)
Debêntures	701	4,57	666	5,38	5,26
Fornecedores	332	2,16	309	2,50	7,44
Impostos, Taxas e Contribuições	134	0,87	84	0,68	59,52
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	718	4,68	-	-	-
Salários e Encargos Sociais	51	0,33	44	0,36	15,91
Encargos Regulatórios	56	0,36	46	0,37	21,74
Participações nos Lucros	27	0,18	25	0,20	8,00
Obrigações Pós-Emprego	38	0,25	35	0,28	8,57
Concessões a Pagar	3	0,02	21	0,17	(85,71)
Outras Obrigações	71	0,46	30	0,24	136,67
TOTAL DO CIRCULANTE	4.260	27,76	3.471	28,04	22,73
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	891	5,81	754	6,09	18,17
Debêntures	4.015	26,16	3.406	27,52	17,88
Provisões	78	0,51	93	0,75	(16,13)
Obrigações Pós-Emprego	683	4,45	547	4,42	24,86
Impostos, Taxas e Contribuições	101	0,66	101	0,82	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	378	2,46	286	2,31	32,17
Encargos Regulatórios	90	0,59	54	0,44	66,67
Concessões a Pagar	19	0,12	150	1,21	(87,33)
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	148	0,96	29	-	410,34
Outras Obrigações	1	0,01	-	0,23	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.404	41,73	5.420	43,79	18,15
TOTAL DO PASSIVO	10.664	69,48	8.891	71,83	19,94
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	1.838	11,98	1.700	13,73	8,12
Reservas de Lucros	2.486	16,20	1.309	10,58	89,92
Ajustes de Avaliação Patrimonial	360	2,35	478	3,86	(24,69)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.684	30,52	3.487	28,17	34,33

**TOTAL DO PASSIVO E
DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO**

15.348	100,00	12.378	100,00	23,99
---------------	---------------	---------------	---------------	--------------

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2015 em comparação a 2014 são como segue:

- Aumento de R\$1.298 milhões nos Títulos e Valores Mobiliários em função de recursos captados para pagamento em janeiro de 2016 da outorga referente ao leilão do lote D de geração vencido pela Companhia.
- Aumento de R\$1.734 milhões nos Investimentos em função principalmente da criação da Aliança Geração, com a transferência para essa Empresa de parte dos ativos de geração anteriormente mantido no Imobilizado da Companhia.
- Redução de R\$1.542 milhões no Ativo Imobilizado em função basicamente da questão mencionada acima.
- Aumento de R\$1.177 milhões na Reserva de Lucros em função da proposta de retenção do lucro de 2015 submetida à Assembleia de Acionistas.

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(R\$ milhões)	2015	AV%	2014	AV%	AH%
RECEITA LÍQUIDA	7.377	100,00	7.715	100,00	(4,38)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal (a)	(335)	(4,54)	(304)	(3,94)	10,20
Participação dos Empregados no Resultado	(35)	(0,47)	(55)	(0,71)	(36,36)
Obrigações Pós-Emprego	(31)	(0,42)	(48)	(0,62)	(35,42)
Materiais	(16)	(0,22)	(16)	(0,21)	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(84)	(1,14)	(282)	(3,66)	(70,21)
Serviços de Terceiros (b)	(159)	(2,16)	(172)	(2,23)	(7,56)
Depreciação e Amortização	(253)	(3,43)	(297)	(3,85)	(14,81)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-	(123)	(1,59)	(100,00)
Provisões	(106)	(1,44)	(84)	(1,09)	26,19
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(293)	(3,97)	(273)	(3,54)	7,33
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	(2.601)	(35,26)	(1.692)	(21,93)	53,72
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	(146)	(1,98)	(80)	(1,04)	82,50
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	(74)	(1,00)	(161)	(2,09)	(54,04)
	(4.133)	(56,03)	(3.587)	(46,49)	15,22
Resultado de Equivalência Patrimonial	16	0,22	(389)	(5,04)	(104,11)
Resultado de Valor Justo em Reorganização Societária	729	9,88	-	-	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	3.989	54,07	3.739	48,46	6,69
Receitas Financeiras	205	2,78	145	1,88	41,38
Despesas Financeiras	(990)	(13,42)	(680)	(8,81)	45,59
Resultado Antes dos Impostos	3.204	43,43	3.204	41,53	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(751)	(10,18)	(1.056)	(13,69)	(28,88)

Imposto de Renda e
Contribuição Social
Diferidos

	(137)	(1,86)	(59)	(0,76)	132,20
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.316	31,39	2.089	27,08	10,87

Resultado do Exercício

A Companhia apresentou, no exercício de 2015, um lucro líquido de R\$2.316 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$ R\$2.089 milhões no exercício de 2014, um crescimento de 10,87%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou crescimento de 5,13% em 2015 na comparação com 2014, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2015	2014	Var %
Resultado do Período	2.316	2.089	10,87
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	888	1.115	(20,36)
+ Resultado Financeiro Líquido	785	534	47
+ Amortização e Depreciação	253	297	(14,81)
= LAJIDA	4.242	4.035	5,13

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

DFC 2015

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2015 e 2014 totalizou R\$1.897 milhões e R\$2.874 milhões, respectivamente. A redução no caixa gerado por atividades operacionais em 2015 em comparação com 2014 deveu-se, principalmente, à redução do lucro líquido do exercício em 2015, após ajuste dos itens que não afetam o caixa. O lucro líquido ajustado pelas operações que não afetam o caixa foi de R\$3.667 em 2015 comparados a R\$4.276 em 2014, uma redução de 14,24%.

Fluxo de Caixa Consumido de Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2015 e 2014 totalizou, respectivamente, R\$2.024 milhões e R\$3.105 milhões. Esta variação decorre, basicamente, das aquisições de investimentos ocorridas em 2014, destacando-se o aporte de capital na Renova e aquisição de participação adicional na usina de Santo Antônio através da SAAG.

Vide mais informações sobre os investimentos na Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

Fluxo de Caixa Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento durante 2015 totalizou acréscimo de R\$121 milhões e foi composto, principalmente, pela captação de R\$3.113 milhões de financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$2.550 milhões de empréstimos e financiamentos e pagamento de R\$469 milhões de juros sobre o capital próprio.

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2014 totalizou R\$586 milhões e foi composto, principalmente, pela captação de R\$3.319 milhões de financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$581 milhões de empréstimos e financiamentos, pagamento de dividendos no valor de R\$3.183 milhões e pagamento de R\$140 milhões de juros sobre o capital próprio.

10.2

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2017, um lucro líquido de R\$428 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$70 milhões no exercício de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

31/12/2017

31/12/2016

	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	14.486.304	3.358	231,81	15.494.833	3.468	223,83
Comercial	2.226.405	569	255,57	832.443	215	258,45
Subtotal	16.712.709	3.927	234,97	16.327.276	3.683	225,59
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	18	-	-	(37)	-
	16.712.709	3.945	-	16.327.276	3.646	-
Suprim. Outras Concessionárias	12.841.006	3.244	252,63	12.601.237	2.671	211,96
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(54)	-	-	259	-
	29.553.715	7.136	-	28.928.513	6.576	-

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.136 milhões em 2017 em comparação a R\$6.576 milhões em 2016, representando um crescimento de 8,52% decorrente, principalmente, do aumento de 2,16% na quantidade de energia comercializada aliado ao aumento de 4,17% e 19,18% do preço médio do MWh faturado para consumidores finais e suprimentos a outras concessionárias, respectivamente.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$519 milhões em 2017 comparados a R\$410 milhões em 2016, representando crescimento de 26,59%. Conforme mencionado, essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2017, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões. Em 2017, os reajustes foram de 3,59% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 1,57% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$651 milhões em 2017 comparados a R\$152 milhões em de 2016, representando um aumento de 328,29%. Esta variação decorre, principalmente, dos eventos descritos abaixo:

- Aumento de 244,28% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$324,17/MWh em 2017 e R\$94,16/MWh em 2016);
- Aumento da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2017.

Receita de Indenização da Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$373 milhões em 2017, comparado a R\$751 milhões em 2016. Em 2016, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Merece destaque o valor adicional registrado em 2017, no montante de R\$149 milhões, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores. Mais informações na nota explicativa nº 13 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita de Indenização da Geração

Em 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$272 milhões referente ao ajuste do saldo não amortizado referente aos projetos básicos das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, a ser indenizado conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4 destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.552 milhões em 2017 comparados a R\$1.472 milhões em 2016, apresentando crescimento de 5,43%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$5.472 milhões em 2017 em comparação com R\$4.393 milhões em 2016, representando um aumento de 24,56%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.170 milhões em 2017 comparados a R\$3.052 milhões em 2016, representando um aumento de 36,63%. Esta variação decorre do

aumento de 19,41% no volume de energia comprada em 2017 (22.690.422 MWh) comparado a 2016 (19.002.578 MWh), além do aumento de 14,43% no preço médio do MWh (R\$183,79 em 2017 e R\$160,62 em 2016).

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$383 milhões em 2017 comparados a R\$379 milhões em 2016, representando um aumento de 1,06%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2017);
- reconhecimento, em 2017 e 2016, de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, nos montantes de R\$49 milhões e R\$23 milhões, respectivamente.
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo;

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 11,03% no número médio de empregados, sendo 1.460 em 2017 em comparação a 1.641 em 2016.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 53,70%, sendo R\$25 milhões em 2017 em comparação a R\$54 milhões em 2016. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma reversão de despesa no montante de R\$59 milhões em 2017 em comparação a uma despesa de R\$77 milhões em 2016.

Este resultado decorre das modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R\$142 milhões nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado. Mais detalhes ver nota explicativa nº 21 destas Demonstrações Financeiras.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$150 milhões em 2017 comparados a R\$98 milhões em 2016, crescimento de 53,06%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição da provisão para perdas nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A. que, em 2017 representou um montante de R\$115 milhões em comparação ao valor de R\$49 milhões em 2016.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$519 milhões em 2017 na comparação com R\$448 milhões em 2016. As perdas referem-se principalmente as participações na Renova em 2017 de R\$390 milhões (R\$373 milhões em 2016) e na Madeira Energia de R\$204 milhões em 2017 (R\$135 milhões em 2016).

Mais informações na nota explicativa nº 14.

Ajuste para perdas por desvalorização em investimentos

A Companhia registrou, em 2016, ajuste para perdas por desvalorização em investimentos no valor R\$763 milhões envolvendo os investimentos na Renova.

Mais informações na nota explicativa nº 14.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$948 milhões em 2017 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$1.143 milhões em 2016, uma redução de 17,06%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R\$62 milhões em 2017 comparado a R\$81 milhões em 2016, redução de 23,46%. Esta variação decorre, principalmente, da menor variação do CDI (9,93% em 2017 e 14,06% em 2016), principal indexador de remuneração das aplicações;
- Aumento da variação monetária de depósitos vinculados: R\$83 milhões em 2017 comparado a R\$11 milhões em 2016. Em 2017, a Companhia reconheceu uma receita de R\$82 milhões, em função da reversão da provisão referente ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS (mais detalhes na nota explicativa nº 18).
- Redução da despesa com variação monetária – Empréstimos e Financiamentos: R\$37 milhões em 2017 comparados a R\$76 milhões em 2016, redução de 51,32% em função, principalmente, da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 2,95% em 2017, em comparação à variação de 6,29% em 2016;
- Redução dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$914 milhões em 2017, comparado a R\$1.128 milhões em 2016, um redução de 18,97%, decorrente, principalmente, da menor variação do indexador no ano (9,93% em 2017 e 14,06% em 2016);
- Despesa de variação cambial de empréstimos e financiamentos: Em 2017 a Companhia reconheceu despesa no montante de R\$57 milhões basicamente em função da captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds);
- Despesa de variação monetária de venda antecipada de energia: Em 2017 a Companhia reconheceu despesa de variação monetária no montante de R\$45 milhões referente aos contratos de antecipação de venda de energia firmados durante o exercício.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2017 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$420 milhões em relação ao Resultado de R\$849 milhões antes dos efeitos fiscais, representando

49,47% de alíquota efetiva. Em 2016, a Companhia apurou créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$7 milhões em relação ao Resultado de R\$63 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 11,05% de alíquota efetiva.

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

R\$ milhões	31/12/2016	31/12/2015	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	6.576	5.916	11,16
Receita de Transmissão – com impostos	411	339	21,24
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga *	300	-	-
Receita de Construção	54	146	(63,01)
Transações com energia na CCEE	152	2.355	(93,55)
Receita de Indenização da Transmissão	751	101	643,56
Outras receitas operacionais	37	26	42,31
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(1.472)	(1.506)	(2,26)
	6.809	7.377	(7,70)

(*) Líquida da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga.

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	31/12/2016			31/12/2015		
	MWh (*)	R\$ milhões	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh (*)	R\$ milhões	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	15.494.833	3.468	223,83	18.465.652	3.630	196,58
Comercial	832.443	215	258,45	366.787	90	245,37
Subtotal	16.327.276	3.683	225,59	18.832.439	3.720	197,53
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(37)	-	-	(3)	-
	16.327.276	3.646	-	18.832.439	3.717	-
Suprim. Outras Concessionárias (*)	12.601.237	2.671	211,96	11.133.516	2.350	211,07
Suprim. Não Faturado Líquido	-	259	-	-	(151)	-
	28.928.513	6.576	-	29.965.955	5.916	-

(*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$379 milhões em 2016 comparada a R\$335 milhões em 2015, representando um aumento de 13,13%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);
- Reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo, com efeito integral em 2016;
- Reajuste salarial de 8,5% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- Reconhecimento, em 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de empregados no montante de R\$23 milhões.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$0,9 milhões em 2016 comparado ao valor de R\$35 milhões em 2015. Esta variação decorre da redução do lucro consolidado da Cemig, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

Depreciação e Amortização

A despesa de depreciação e amortização apresentou redução de 27,67%, sendo R\$183 milhões em 2016 em comparação a R\$253 milhões em 2015. Essa redução decorre basicamente do vencimento da concessão de 14 usinas da Companhia, com a exclusão da depreciação desses ativos em 2016, conforme descrito mais detalhadamente na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Obrigações Pós-Emprego

As despesas com obrigações pós-emprego foram de R\$77 milhões em 2016 em comparação ao valor de R\$31 milhões em 2015, representando um aumento de 148,39%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento do custo com o Fundo de Pensão e o Plano de Saúde em 2016. Além disso, foram efetuadas alterações no seguro de vida em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada gerou em uma redução nas obrigações pós-emprego de 2015, em contrapartida ao resultado, no montante de R\$20 milhões. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Ajuste para perdas por desvalorização em investimentos

A Companhia registrou, em 2016, ajuste para perdas por desvalorização em investimentos no valor R\$763 milhões envolvendo os investimentos na Renova.

Para mais informações, vide nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Resultado de equivalência patrimonial

No exercício de 2016 a Companhia apurou uma despesa com equivalência patrimonial no montante de R\$448 milhões, comparados a uma receita de R\$17 milhões em 2015.

Essa variação reflete, principalmente, o prejuízo de R\$373 milhões da Renova Energia em 2016, em função de ajuste para perdas por desvalorização do seu imobilizado e do investimento na Terraform, além de baixa de opção de venda com a SunEdison. Adicionalmente, foi registrado um ajuste para perdas por desvalorização em ativos de R\$77 milhões realizado pela Guanhães.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2016 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$7 milhões em relação ao Resultado de R\$63 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 11,05% de alíquota efetiva. Em 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$888 milhões em relação ao Resultado de R\$3.204 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 27,72% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 11b das Demonstrações Financeiras da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$6.576 milhões em 2016 em comparação a R\$5.916 milhões em 2015, representando um crescimento de 11,16% decorrente, principalmente, do aumento de 14,21% no preço médio/MWh faturado para consumidores finais compensado, parcialmente, pela redução de 3,46% na quantidade total de energia comercializada.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$411 milhões em 2016 comparados a R\$339 milhões em 2015, crescimento de 21,24%. Conforme mencionado, essa variação decorre basicamente do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2016, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões tendo sido de 9,32% (IPCA) para a concessão da Companhia e 11,09% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita de Indenização da Transmissão

Em 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$751 milhões, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$20 milhões referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R\$1.157 milhões em 23 de fevereiro de 2015, em relação a revisão final;
- R\$90 milhões referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$438 milhões referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a.;
- R\$44 milhões referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;

- R\$159 milhões referente à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA e pelo custo de capital próprio, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a dezembro de 2016.

O montante a receber, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$1.805 milhões (R\$1.054 milhões em 31 de dezembro de 2015). Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$152 milhões em 2016 comparados a R\$2.355 milhões no mesmo período de 2015, redução de 93,55%.

Em 2016 houve uma redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas, considerando os requerimentos da Portaria 432/2015. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina. Dessa forma, a quantidade de energia disponível pela Companhia foi utilizada basicamente no atendimento aos seus contratos com consumidores finais e outras concessionárias.

Receita de Construção

A receita de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de transmissão foi de R\$54 milhões em 2016 comparada a R\$146 milhões em 2015, apresentando redução de 63,01%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.472 milhões em 2016 comparados a R\$1.506 milhões em 2015, registrando redução de 2,26%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$4.393 milhões em 2016 em comparação com R\$4.134 milhões em 2015, representando um aumento de 6,27%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.052 milhões em 2016 comparados a R\$2.601 milhões em 2015, representando um aumento de 17,34%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 24,41% no volume de energia comprada em 2016 (19.002.578 MWh) comparado com 2015 (15.273.685 MWh), em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015. Com o desligamento da UTE Igarapé a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS), a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação de geração de energia elétrica.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 63,01%, sendo R\$54 milhões em 2016 em comparação a R\$146 milhões em 2015. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$1.143 milhões em 2016 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$785 milhões em 2015, um crescimento de 45,61%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R\$81 milhões em 2016 comparado a R\$120 milhões em 2015, redução de 32,50%. Esta variação decorre, principalmente, do menor volume de recursos aplicados em 2016;

- Crescimento das Rendas de Antecipação de Pagamento: R\$37 milhões em 2016 comparados a R\$12 milhões em 2015. Esta variação decorre do maior volume de adiantamento a fornecedores de energia elétrica efetivado em 2016;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$1.173 milhões em 2016 comparado a R\$795 milhões em 2015, um crescimento de 47,55%, decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados em 2016 com indexação ao CDI e a maior variação do indexador no ano (14,06% em 2016 e 13,23% em 2015).

Para mais informações, vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

R\$ milhões	31/12/2015	31/12/2014	Varição %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	5.916	5.619	5,29
Receita de Transmissão – com impostos	339	629	(46,10)
Receita de Construção	146	80	82,50
Transações com energia na CCEE	2.355	2.281	3,24
Receita de Indenização de Transmissão	101	420	(75,95)
Outras receitas operacionais	26	26	-
Impostos incidentes sobre as receitas	(1.506)	(1.340)	12,39
Receita Operacional Líquida	7.377	7.715	(4,38)

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$ milhões		Preço Médio – R\$/MWh	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Industrial	18.465.652	21.026.305	3.630	3.229	196,58	153,57
Comercial	366.787	323.367	90	74	245,37	228,84
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	-	(3)	91	-	-
	18.832.439	21.349.672	3.717	3.394		
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	11.133.516	14.173.916	2.350	2.167	211,07	152,89
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(151)	58	-	-
	29.965.955	35.523.588	5.916	5.619	-	-

(*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Provisões Operacionais

As provisões foram de R\$106 milhões em 2015 comparados a R\$84 milhões em 2014, crescimento de 26,19%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Constituição de provisão para perda nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A no valor de R\$119 milhões em 2015 comparados a R\$29 milhões em 2014;
- Constituição, em 2014, de provisão no valor de R\$31 milhões para contingências trabalhistas em função de discussão judicial relacionada ao Acordo Coletivo da Companhia.

Para mais informações sobre a composição das provisões, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$335 milhões em 2015 comparada a R\$304 milhões em 2014, representando um aumento de 10,20%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 6,34% a partir de novembro de 2014 (efeito integral em 2015), em função de Acordo Coletivo;
- Reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia;
- Reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2015 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$888 milhões em relação ao Resultado de R\$3.204 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 27,72% de alíquota efetiva. Em 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.115 milhões em relação ao Resultado de R\$3.204 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 34,80% de alíquota efetiva. Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10b das Demonstrações Financeiras da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.916 milhões em 2015 em comparação a R\$5.619 milhões em 2014, representando um crescimento de 5,29% decorrente, principalmente, do aumento no preço médio/MWh faturado compensado, parcialmente, pela redução de 15,64% na quantidade de energia comercializada.

Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, foi de R\$339 milhões em 2015 comparado a R\$629 milhões em 2014, representando redução de 46,10%.

Em 2014 o valor total da receita de transmissão contemplava o valor de R\$331 referente à receita do sistema de conexão. Em 2015, em função de alteração regulatória, este valor passou a ser reconhecido como parte do fornecimento bruto de energia.

O valor da RAP em 2015, R\$339 milhões, livre da receita de conexão, teve crescimento de 13,76% em comparação a 2014, no valor de R\$298 milhões, devido à atualização pela inflação e a novos investimentos no período, o que gera um incremento na receita.

Receita de Indenização da Transmissão

A Companhia apresentou, no exercício de 2015, uma Receita de Indenização de R\$101 milhões em comparação a R\$420 milhões em 2014. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento, em 2014, da receita de R\$357 milhões em virtude da indenização prevista para os ativos de transmissão, considerando a adesão a Lei 12.973/14. Para mais informações, vide Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita de Construção

A receita de construção e infraestrutura de transmissão foi de R\$146 milhões em 2015 comparadas a R\$80 milhões em 2014, apresentando aumento de 82,50%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.506 milhões em 2015 comparados a R\$1.340 milhões em 2014, registrando um crescimento de 12,39%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual

do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$4.134 milhões em 2015 em comparação com R\$3.588 milhões em 2014, representando um aumento de 15,22%.

Para mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.601 milhões em 2015 comparados a R\$1.692 milhões em 2014, representando um aumento de 53,72%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 48,10% no volume de energia comprada em 2015 (15.273.685 MWh) comparado com 2014 (10.313.226 MWh), em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015 comparados a R\$282 milhões em 2014, redução de 70,21%. Este resultado decorre, principalmente, da menor aquisição de óleo combustível em 2015 para utilização nas operações da Usina Termelétrica de Igarapé, tendo em vista a interrupção das atividades da usina em 2015 para manutenção e instalação de novos equipamentos.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou crescimento de 82,50%, R\$146 milhões em 2015 na comparação com R\$80 milhões em 2014. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

O valor apurado para a CFURH foi de R\$99 milhões em 2015 comparado a R\$123 milhões em 2014. A partir de 2015, em atendimento às determinações do novo Manual de Contabilidade do Seto Elétrico - MCSE, em vigor à partir de 01 de janeiro de 2015, o valor referente à CFURH passou a ser reconhecido como dedução da receita.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$785 milhões em 2015 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$534 milhões em 2014, um crescimento de 47,00%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Receita com atualização monetária sobre depósitos vinculados a litígios: reconhecimento da receita com variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios que apresentou um acréscimo na receita financeira no valor de R\$38 milhões em 2015;
- Rendas de Antecipação de Pagamento: R\$12 milhões em 2015 comparado a 0,4 milhões em 2014. Esta variação decorre do maior volume de adiantamento a fornecedores de energia elétrica efetivado em 2015;
- PASEP e COFINS sobre receitas financeiras: R\$7 milhões em 2015 decorrente da entrada em vigor, a partir de julho de 2015, do Decreto 8.426/2015, que estabeleceu as alíquotas para o PASEP e COFINS (0,65% e 4% respectivamente) incidentes sobre as receitas financeiras;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$795 milhões em 2015, comparados a R\$494 milhões em 2014, um crescimento de 60,93%, decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados em 2015 com indexação ao CDI e a maior variação do indexador no ano (13,23% em 2015 e 10,81% em 2014), aliada a um maior volume de recursos captados em 2015.

Para mais informações, vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.3

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social de 2017.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Contratos de Concessão para 18 Usinas de Geração

Em 5 de janeiro de 2016, a CEMIG GT assinou os contratos de concessão para a operação de 18 usinas de geração (699,57 MW de capacidade de geração total instalada), adquiridas pela CEMIG GT por R\$ 2,216 bilhões, em decorrência do Leilão ANEEL nº 012/2015.

UHE Miranda

A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministra Laurita Vaz, em 22 de dezembro de 2016, concedeu liminar para manter a CEMIG GT no controle da UHE Miranda, em Minas Gerais, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/97, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela CEMIG GT. O Ministro Relator revogou esta liminar em 29 de março de 2017, em resposta a uma moção para a revisão da sentença proferida pelo Governo Federal contra o Agravo Interno.

Grupo Renova:

Em 2 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da Renova aprovou um aumento de seu social do qual participaremos por meio de nossa subsidiária integral CEMIG GT, que aprovou a destinação de até R\$ 240 milhões.

Em 1º de abril de 2016, a Renova cancelou a compra e venda de ações para a venda do projeto ESPRA (Acordo ESPRA) de propriedade da Renova à Terraform Global, Inc. (Terraform Global) por meio de um acordo entre as partes, mediante pagamento de uma taxa de cisão no valor de US\$10 milhões para a Renova. Desta forma, os projetos ESPRA (três pequenas centrais hidrelétricas - PCHs) contratadas nos termos do PROINFA, com capacidade instalada de 41,8MW permanecerão no âmbito da Renova e voltarão a compor a sua carteira de ativos operacionais.

Em 14 de junho de 2016, o Conselho de Administração da Renova aprovou o cancelamento do contrato de compra de energia celebrado entre a Renova Comercializadora de Energia S.A. (Renova Trading) e a CEMIG GT referente ao fornecimento de 25 parques eólicos na região de Jacobina, estado da Bahia, com 676,2 MW de capacidade instalada, a entrar em operação em 1º de janeiro de 2019. O Conselho de Administração da Renova aprovou um adiantamento de R\$ 118 milhões para o suprimento futuro de energia elétrica contratada nos termos do contrato entre a Renova Trading e a CEMIG GT. O Contrato que foi celebrado em 2013, prevê que as partes efetuem antecipações ou postergações do pagamento da energia, que é objeto do contrato. Os recursos serão destinados prioritariamente ao projeto Alto Sertão III, bem como para suprir outras necessidades da Renova. O montante devido será liquidado mediante fornecimento de energia elétrica, nos valores especificados no contrato, a partir de maio de 2021.

Aumento de capital da Renova Energia S.A. – A Companhia aumentou seu capital na Renova, por meio de sua subsidiária integral CEMIG GT, em R\$ 240 milhões. Esse aumento de capital foi ratificado em 21 de junho de 2016, por um valor total de R\$ 280.002.277,44 (R\$ 240 milhões pela Companhia e R\$ 40 milhões pela Light Energia S.A.), mediante a emissão de 42.042.219 ações

ordinárias e 165 ações preferenciais, subscritas e pagas pelo preço de emissão de R\$ 6,66 por ação (ordinária ou preferencial) e R\$ 19,98 por Unit.

Investimento na Renova – Perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos disponíveis para a venda

Contrato de opção de venda

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, em ou após 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de vender até 7 milhões das ações da TerraForm Global para a SunEdison.

O preço de venda das ações foi estipulado em R\$ 50,48 por ação, enquanto a SunEdison, a seu critério, tem o direito de pagar US\$15,00 por ação ao invés de R\$ 50,48. O contrato estabelece também opção de compra pela SunEdison das mesmas 7 milhões de ações com as mesmas características acima mencionadas.

A Renova informou ainda que notificou a SunEdison e a TerraForm Global sobre a sua intenção de exercer a opção de venda de 7 milhões de ações de emissão da TerraForm Global de titularidade da Renova, conforme previsto em contrato e conforme informado em Fato Relevante publicado pela Renova no dia 18 de setembro de 2015.

Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos. Em 1º de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison.

A Renova precificou a opção considerando o modelo matemático de Black-Scholes-Merton e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito.

No primeiro semestre de 2016, a Renova reconheceu uma perda de R\$ 111 milhões, resultando na mudança no valor justo da opção, considerando o risco de crédito. Além disso, reconheceu uma perda de R\$ 63 milhões relativos ao vencimento da opção e entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas. Até a data de emissão desse relatório, a SunEdison e a Renova não liquidaram essa transação.

Investimento na Terraform Global – precificação das ações

A Renova também registrou uma perda no 1º trimestre de 2016, no valor de R\$ 272 milhões em função da volatilidade negativa do período na cotação das ações da Terraform, na qual a Renova possui participação de 11,65%, avaliada com base no valor das ações no mercado.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto nas Informações Contábeis Intermediárias da Renova. O impacto para a Companhia é proporcional a sua participação de 34,2% na Renova, avaliada pelo método de equivalência patrimonial no montante de R\$ 93 milhões.

Adiantamentos a Renova sob Contrato de Compra de Energia

Em 6 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Renova aprovou um adiantamento de R\$ 118 milhões pela Companhia a Renova para futura contratação de energia elétrica no âmbito do

Contrato de Compra de Energia entre a Renova Comercializadora de Energia S.A. e a CEMIG GT, assinado em 2013.

O acordo prevê que as partes optem por fazer pagamentos antecipados de energia. Os pagamentos serão destinados prioritariamente ao projeto Alto Sertão III, bem como para suprir outras necessidades da Renova. O montante devido será liquidado mediante fornecimento de energia elétrica, nos valores especificados no contrato, a partir de maio de 2021.

Em junho de 2016, a CEMIG GT efetuou um adiantamento a Renova Comercializadora de Energia S.A. no valor de R\$ 94 milhões no âmbito do Contrato de Compra de Energia e, naquele momento assinou um contrato de garantia de 100% das ações da Enerbrás S.A. e 100% das ações das empresas de propósito específico da Fase B do Projeto Alto Sertão III em nome da CEMIG GT. Foi também outorgada uma opção de compra em favor da CEMIG GT de 100% das ações da Enerbrás S.A.

Foi celebrado um Contrato de Opção de Compra, o qual possibilitará a CEMIG GT converter o montante total antecipado em participação acionária na Alto Sertão Participações S.A. (Alto Sertão), controladora das empresas que compõem o projeto Alto Sertão III - Fase A, sendo que tal participação poderá ser de até 49,9% das ações de emissão da Alto Sertão e um Contrato de Alienação Fiduciária de 100% das ações de emissão da Bahia Holding S.A. e de 49% das ações de emissão da Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A., detentoras de projetos eólicos da Renova. O exercício da opção de compra está condicionado à anuência prévia do BNDES. A liquidação das operações de opção de compra de ações acima referida exigirá a prévia aprovação do BNDES, do Banco do Brasil S.A., quando aplicável, da ANEEL e do CADE.

Ajuste referente à redução ao valor recuperável (impairment) em investimentos

Em 2016, a Companhia registrou um ajuste por redução no valor de investimentos de R\$ 763 milhões referente ao seu investimento na Renova. A Renova sofreu perdas num total de R\$ 1.101 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2016; possuía um capital de giro negativo de R\$ 3.211 bilhões em 31 de dezembro de 2016 e apresentava geração de fluxo de caixa negativo. As principais razões para estes dados financeiros negativos são: (i) compras de energia que a Renova foi obrigada a efetuar para cumprir compromissos assumidos anteriormente devido ao atraso da entrada em operação de certos parques eólicos; (ii) investimentos substanciais que a Renova realizou na construção da usina eólica do Alto Sertão III; (iii) um atraso na obtenção de financiamento de longo prazo junto ao BNDES; (iv) descumprimento, por parte da Renova de determinadas condicionantes contratuais e não obtenção da aprovação por parte de credores em 2016, o que resultou em certas dívidas de longo prazo passarem a ser classificadas como Passivo Circulante; e (v) perdas resultantes da operação da Terraform. Além disso, atualmente a Renova está em atraso em certos pagamentos e em negociações com credores referentes a vários contratos. Em decorrência disto, visando reequilibrar sua liquidez e sua estrutura de geração de caixa, a administração da Renova vem adotando diversas medidas, tais como a venda de ativos, a redução da estrutura administrativa e operacional, bem como de custos administrativos, um maior comprometimento dos acionistas com o apoio financeiro, contratação de financiamentos de longo prazo junto ao BNDES, iniciando projetos de equalização de fluxo de caixa e buscando o consentimento dos credores para reclassificar certos débitos de curto prazo como passivos não circulantes.

No âmbito da sua estratégia visando restaurar o equilíbrio da sua estrutura de capital e a sustentabilidade dos negócios a longo prazo, em 18 de abril de 2017, a Renova, a Renovapar S.A. e a AES Tietê Energia S.A., com a Nova Energia Holding S.A. (Nova Energia), na qualidade de interveniente anuente, firmaram um Contrato de Venda de Participação no Complexo Eólico do Alto Sertão II. Por esse contrato, a AES se compromete a adquirir 100% das ações da Nova Energia por R\$ 600 milhões. A Nova Energia controla a subholding Renova Eólica Participações S.A., que detém

100% das 15 sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Eólico do Alto Sertão II. O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R\$ 700 milhões a título de earn-out, sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R\$ 50 milhões, ficarão retidos em uma conta de garantia (escrow account) e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após um período de cinco anos contados da data do fechamento da operação. O fechamento da transação está sujeito a certas condições precedentes previstas no contrato, incluindo a aprovação por órgãos governamentais e credores.

Em 3 de julho de 2017, a Renova Energia S.A. anunciou o fechamento das transações entre a Renova Energia S.A. e a Brookfield Asset Management referentes ao Contrato de Compra e Venda das Ações que a Renova detinha na empresa americana TerraForm Global Inc. O preço total de aquisição das ações foi de US\$ 92,8 milhões.

Em 3 de agosto de 2017, a Renova Energia S.A. concluiu a venda para a AES Tietê Energia da totalidade das ações da Nova Energia Holding S.A., detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$ 600 milhões e a AES Tietê assumiu também a dívida do Complexo Eólico Alto Sertão II no valor de R\$ 1.150 milhões.

Em 24 de novembro de 2017, a Renova Energia S.A. concluiu a venda do Complexo Eólico Umburanas para Engie Brasil Energia S.A. O valor da transação é de R\$ 16.937.854,20.

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à Companhia.

10.4

10.4

(a) Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis:

Não ocorreu alteração significativa nas práticas contábeis nos exercícios de 2016, 2015 e 2014.

(b) Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Não ocorreu alteração significativa nas práticas contábeis nos três últimos exercícios.

(c) Ressalvas e Ênfases Presentes no Parecer do Auditor:

Ressalvas:

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes para os exercícios de 2017, 2016 e 2015.

Ênfase:

De acordo com a Resolução CFC N° 1.233/09, se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2017, constam parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimentos, direto e indireto na Madeira Energia S.A. e na Renova Energia S.A., bem como investimento indireto na Norte Energia S.A. (em conjunto denominadas “investidas não controladas”), que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nestas investidas não controladas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade da investida não controlada Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 14 às demonstrações financeiras, a investida não controlada Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2017, apresenta capital circulante líquido negativo. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2016, constam parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão e Miranda

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 33 às demonstrações financeiras, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1, 14 e 33 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2015, constam parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 13 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 13 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 29 de março de 2016, emitimos relatório de auditoria com ressalva sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de

dezembro de 2015, que ora estão sendo rerepresentadas, em função de não termos obtido naquela data evidências de auditoria suficientes em relação ao investimento detido pela Companhia na Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A. (que possuem investimento na Norte Energia S.A.), avaliados pela equivalência patrimonial, em decorrência da não finalização da investigação conduzida pela acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (“Eletrobras”) na Norte Energia S.A.. Conforme mencionado na nota explicativa nº2 às demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo rerepresentadas para refletir os ajustes identificados (i) após a conclusão da investigação conduzida pela Eletrobras na Norte Energia S.A. e conforme previsto no IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e (2) eventos subsequentes, ocorridos entre a data base dessas demonstrações financeiras e a data de aprovação para rerepresentação dessas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 e 32 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10.6

10.6

a) **Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

- i. **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
- ii. **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
- iii. **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
- iv. **Contratos de construção não terminada;**
- v. **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos relacionados a compra de energia e arrendamentos operacionais.

Os valores informados pela Companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresenta condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas (em milhares de Reais):

	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em Diante	Total
Compra de Energia	3.532.425	2.734.524	2.757.608	2.993.556	3.030.128	22.750.388	37.798.629
Arrendamentos Operacionais	20.679	13.411	9.407	9.910	10.512	11.163	75.082
	3.553.104	2.747.935	2.767.015	3.003.466	3.040.640	22.761.551	37.873.711

Opções de venda

Adicionalmente, foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), os Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Estas Opções de Venda foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizadas pelo seu valor justo através dos resultados.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$311.593 (R\$196.173 em 31 de dezembro de 2016), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	147.614
Saldo Inicial para fins de consolidação	147.614	-
Ajuste a Valor Justo	48.559	48.559
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173	196.173
Variação do valor justo	120.754	120.754
Reversões	(5.334)	(5.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593	311.593

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras, que não tenham sido informados anteriormente.

10.7

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e empréstimos e financiamentos.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.6 deste Formulário de Referência, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

No caso das Opções de Venda, o efeito seria a aquisição dos ativos relacionados à opção de venda oferecida aos demais acionistas da SAAG, empresa que tem participação na usina de Santo Antônio.

b) Natureza e o propósito da operação

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item “10.6” deste Formulário de Referência.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Para uma descrição do montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas Demonstrações Financeiras, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

10.8

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

- i. Além dos investimentos realizados pela CEMIG GT, necessários para atender as exigências da ANEEL, manter a confiabilidade, qualidade e disponibilidade, em base seguras, das instalações de geração e transmissão e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.

Nos próximos 3 anos, a CEMIG GT, deverá investir cerca de **R\$ 501,7 milhões**, conforme demonstrado a seguir:

Valores em R\$ milhões

Atividade	2018	2019	2020	Total
------------------	-------------	-------------	-------------	--------------

Programa Básico (1)	110,7	114,9	118,5	344,10
Geração	56,4	40,3	30,6	127,3
Transmissão	54,3	74,6	87,9	216,8

Aportes (2)	142,1	13,0	2,5	157,6
--------------------	--------------	-------------	------------	--------------

Total Geral (1) + (2)	252,8	127,9	121,0	501,7

- (1) Valores estimados, arredondados, em moeda constante de **junho/2017**, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa Cemig Geração e Transmissão. Tais investimentos incluem itens como: reformas físicas em ativos existentes; reforços e operação de sistemas elétricos; segurança de pessoas e instalações; meio ambiente; infraestrutura de apoio abrangendo instalações prediais, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, segurança patrimonial e industrial, telecomunicações, sistemas de informática, microinformática e veículos.
- (2) A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG GT. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.
- (3) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.
- (4) Os montantes planejados para os anos de **2018, 2019 e 2020** não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

iii. Desinvestimentos relevantes

Alienação de Parques Eólicos

Em 13 de janeiro de 2017, a Renova acordou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) oferta vinculante (“Oferta AES”) para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II (“Alto Sertão II”).

Dentre os termos descritos na Oferta AES, o preço base da transação é de R\$600 milhões e envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações S.A. ou da Nova Energia Holding S.A., empresas que controlam as 15 sociedades de propósito específico (“SPEs”) que compõem o Alto Sertão II, além da concessão, à AES, do direito de exclusividade durante um período de 45 (quarenta e cinco) dias (“Transação”).

O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R\$700 milhões a título de earn-out, sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R\$50 milhões ficarão retidos em conta vinculada (escrow account) e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

O valor total de aquisição de R\$650 milhões anunciado em janeiro de 2017 fazia referência ao valor de R\$600 milhões a ser pago pela aquisição, somado ao valor retido em conta vinculada de R\$50 milhões mencionado no parágrafo anterior.

Em 18 de abril de 2017 ocorreu a assinatura do contrato de compra e venda de ações (“CCVA”). O fechamento da Transação está sujeito a certas condições precedentes previstas no CCA, incluindo, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

A administração da Renova ressalta que a Transação está integralmente alinhada com a estratégia de readequação da estrutura de capital, que visa garantir a sustentabilidade dos negócios da Renova no longo prazo e manterá o mercado informado sobre quaisquer eventos ou desdobramentos relacionados à transação.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

No ano de 2017, até a data de arquivamento deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes aquisições relevantes, as quais devem influenciar materialmente sua capacidade produtiva:

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos

produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

10.9

Todos os fatores que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 foram comentados e identificados nos itens anteriores esta seção.

ANEXO 2 - ORÇAMENTO DE CAPITAL

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA ATÉ 30 DE ABRIL DE 2018

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até 30 de abril de 2018, da proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2018, em milhares de Reais.

Investimentos planejados para 2018

Sistema elétrico de geração	58.114
Sistema elétrico de transmissão	158.132
Aportes em controladas e coligadas	142.164
Infraestrutura e Outros	20.289
	<hr/>
	378.699

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria – CR

Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, até 30-04-2018, referente à destinação do Lucro Líquido de 2017, no montante de R\$428.459 mil, e a saldo de Lucros Acumulados de R\$13.712 mil, conforme a seguir: a) R\$214.230 mil, correspondentes a 50% do lucro líquido, pagos como dividendos intermediários em substituição aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme PD-019/2018; b) R\$206.372 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos e necessidades de capital consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2018, conforme orçamento de capital; c) R\$146 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referentes aos incentivos fiscais obtidos em 2017 em função dos investimentos realizados na região da Sudene; e, d) R\$21.423 mil, relativos a 5% do Lucro Líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquelas Assembleias.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

aa.) Edson Moura Soares
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino
Manuel Jeremias Leite Caldas
Rodrigo de Mesquita Pereira

Anexo 4 - Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a realizarem-se, cumulativamente, em 2018.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

aa.) Edson Moura Soares
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino
Manuel Jeremias Leite Caldas
Rodrigo de Mesquita Pereira

Anexo 5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimentos direto e indireto na Madeira Energia S.A. e na Renova Energia S.A., bem como investimento indireto na Norte Energia S.A. (em conjunto denominadas “investidas não controladas”), que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nestas investidas não controladas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade da investida não controlada Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 14 às demonstrações financeiras, a investida não controlada Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2017, apresenta capital circulante líquido negativo. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ambiente de Tecnologia da Informação (“TI”)

Tendo em vista o elevado volume de transações e pelo fato das operações da Companhia serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e de seus sistemas, somados às complexidades inerentes à natureza dos seus negócios, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGC”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos (gestão de acessos), gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Administração da Companhia, assim como verificamos a existência de segregação de funções. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Envolvemos nossos profissionais de tecnologia na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas, incluindo aquelas mencionadas nos assuntos apresentados nos tópicos a seguir.

Reconhecimento da receita

Conforme mencionado na nota 24 às demonstrações financeiras, uma parcela das receitas reconhecidas pela Companhia e suas controladas em 2017, no montante de R\$ 7.135.743 mil, decorre do fornecimento de energia elétrica. Parte das receitas de fornecimento de energia reconhecidas pela Companhia e suas controladas referem-se a serviços prestados e não faturados aos clientes (“receitas não faturadas”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base medições que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. Os saldos de contas a receber consolidados relativos ao fornecimento faturado e não faturado montam R\$ 104.243 mil e R\$ 574.372 mil em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, e estão divulgados na nota 8 às demonstrações financeiras.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas tanto ao processo de faturamento, o qual é altamente dependente de sistemas informatizados, quanto de estimativa da receita de fornecimento não faturado, a qual leva em consideração dados contratuais, relatórios com alto volume de dados extraídos dos sistemas da Companhia, inputs manuais, além de julgamento por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos clientes, a fim de garantir que a receita seja contabilizada no correto período de competência.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita; (ii) inspeção física de documentação suporte para uma amostra de lançamentos contábeis de receita; (iii) recálculo da receita não faturada, incluindo a análise da documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 8 e 24, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura e ativo financeiro da concessão

Conforme divulgado na nota 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado ativo financeiro da concessão de transmissão e geração nos montantes de R\$ 2.475.838 mil e R\$ 4.237.892 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

No caso da transmissão, a infraestrutura da concessão será recuperada através dos valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida ("RAP") durante o prazo da concessão e através da indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

No caso da geração, o ativo financeiro da concessão representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não foi completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão de transmissão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da RAP, nos termos e prazos do Contrato de Concessão. Adicionalmente, a avaliação do ativo financeiro leva em consideração a remuneração pela taxa interna de retorno do projeto e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente. A definição de quais gastos são elegíveis e

que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2017, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão de transmissão no montante de R\$ 24.827 mil.

Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão de geração também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não foi completamente amortizado ao final do prazo de concessão, e conseqüentemente será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidas pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias, tendo identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da atualização do ativo financeiro da concessão de transmissão, o qual não foi ajustado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Obrigações pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações atuariais líquidas relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia e apuradas de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor totalizam R\$ 904.531 mil.

Avaliamos tal área como significativa devido à magnitude dos montantes reconhecidos no passivo, além do grau de julgamento associado ao processo de mensuração do passivo, que inclui premissas complexas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos,

índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade e taxas de desconto. Variações nestas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, descritas na nota 21 às demonstrações financeiras. Confrontamos estas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na realização de procedimentos voltados à identificação de eventuais planos de benefícios pós emprego que não tivessem sido previamente identificados e na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as obrigações pós emprego, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas associados ao reconhecimento destas obrigações, a identificação das obrigações existentes, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável dos investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

De acordo com o CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, equivalente ao IAS 28, após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia deve aplicar os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, equivalente ao IAS 39, para determinar a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total da Companhia na investida. Em 2017, como resultado dessa análise, a Companhia e suas controladas entenderam não existir indicativos de desvalorização dos seus investimentos e, conseqüentemente, não reconheceram qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial no montante de R\$ 4.723.336 mil, divulgados na nota 14 às demonstrações financeiras e à existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a análise de informações internas e externas que pudessem indicar desvalorização significativa dos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, tais como histórico de recebimento de dividendos e variação do valor de suas ações cotadas em bolsa (quando aplicável); (ii) análise da correta aplicação do CPC 38

pelas próprias investidas e controladas em conjunto, através do exame da análise de indicadores e do cálculo do valor recuperável dos seus ativos, quando aplicável; (iii) análise do processo, controles e premissas utilizadas pela Administração para identificação de indicadores de *impairment* e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 11 de abril de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, e contendo ênfases relacionadas aos assuntos descritos anteriormente assim como sobre a incerteza da renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

Anexo 6 - Demonstrativo do cálculo dos dividendos propostos

ANEXO 6 À PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2017 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR SE ATÉ 30-04-2018.

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

	31/12/2017	31/12/2016
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	428.459	69.868
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	214.230	34.934
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	-	45.000
	214.230	79.934
Dividendos Declarados		
Juros sobre Capital Próprio	-	83.246
Dividendos Estatutários	214.230	216.754
	214.230	300.000
Dividendos por ação		
Dividendos Obrigatórios	0,0740	0,0276
Dividendos Registrados	-	0,1036

Anexo 7

ICVM 481/09

Art. 10. Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer:

I – no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Agostinho Faria Cardoso

Data nascimento: 22-05-1959

Profissão: Engenheiro

CPF: 355.759.566-87

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

RI Consultoria e Treinamento - RIconsult
Proprietário e Consultor Sênior, desde 2014;

Companhia Energética de Minas Gerais
Superintendente, de 2001 a 2013

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Companhia Energética de Minas Gerais
Superintendente, de 2001 a 2013

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- a) **outro(s) administrador(es) da Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- b) **administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:
- c) **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

- a. **com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s): Consultoria de Relações com a Light
- b. **com o Estado de Minas Gerais;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- c. **e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Antônio Dirceu Araújo Xavier

Data nascimento: 26-08-1943

Profissão: Advogado

CPF: 068.412.446-72

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, conteúdo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Dirceu Xavier Advogados

- Advogado – Desde 2001

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., até maio/2016.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Chefe da Procuradoria Jurídica

Companhia Mineradora de Minas Gerais-COMIG – Assessor da Presidência

Membro Efetivo e Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

84%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Recursos Humanos.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Data nascimento: 23-12-1951

Profissão: Engenheiro Eletricista

CPF: 154.691.316-53

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Diretor-Presidente

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

Membro Independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Ponta Energia Consultores Associados Ltda.
Sócio-Diretor – agosto/2013 a dezembro/2016

Usiminas
Diretor de Energia – maio/2011 a novembro/2012

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Engenheiro da Divisão Comercial Operacional - 1980 a 1985;

Engenheiro Assistente do Departamento Comercial Operacional -1985 a 1990;

Engenheiro Assistente do Departamento Comercial Pré-Operacional - 1990 a 1992;

Engenheiro Assistente da Superintendência Comercial de Consumidores de Transmissão - 1993 a 1995;

Gerente do Departamento Comercial Operacional de Grandes Clientes - 1995 a 1998;

Superintendente Comercial de Grandes Clientes (CT) - 1998 a 2001;

Superintendente de Relacionamento Comercial com Clientes Corporativos (RL)- 2001 a 2005;

Assistente da Diretoria de Distribuição e Comercialização (DDC) - 10 a 12/2005;

Assistente da Diretoria de Finanças, Participação e Relações com os Investidores (DFN) - 01 a 02/2006;

Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado (CV) – 03/2006 a 04/2007;

Diretor Comercial da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. – abril/2007 a janeiro/2011;

Diretor Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. – dezembro até a presente data.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

- não
 sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

- não
 sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

- não
 sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

- não
 sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s): Ponta Energia Consultores Associados Ltda. – Sócio Diretor

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Franklin Moreira Gonçalves

Data nascimento: 12-10-1970

Profissão: Tecnólogo em Processamento de Dados

CPF: 754.988.556-72

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Diretor de Geração e Transmissão.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 03

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Técnico de Operação do Sistema na Cemig Distribuição S.A.;

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, desde 2003; e, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho de Administração das Empresas do "Grupo TBE":

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; e, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE (desde 12-09-2011).

Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig e da Cemig Geração e Transmissão S.A.; e, Diretor, sem denominação específica, da Cemig Distribuição S.A., desde janeiro/2015

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig e da Cemig Geração e Transmissão S.A.; e, Diretor, sem denominação específica, da Cemig Distribuição S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

22%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

- sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:
c) **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

- a) **com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):
Técnico de Operação do Sistema na Cemig Distribuição S.A., até janeiro/2015
Diretor de Geração e Transmissão da Companhia energética de Minas Gerais, desde janeiro/2015.
- b) **com o Estado de Minas Gerais;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- c) **e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, Cemig D e Cemig GT, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Geber Soares de Oliveira

Data nascimento: 16-08-1962

Profissão: Contador

CPF: 373.022.806-49

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

- i. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Superintendente da Superintendência Central de Administração Financeira

Atividades: Planejar, coordenar e controlar as atividades referentes à administração financeira e à gestão dos recursos financeiros estaduais; elaboração e gestão do fluxo de caixa do Tesouro Estadual; e, gestão das disponibilidades financeiras do estado de Minas Gerais.

SICCOB COOPSEF

Conselheiro efetivo do Conselho de Administração

ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

b. **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

i. **qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. **Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

0%

12.7. **Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

12.8. **Fornecer:**

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. **Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

a) **outro(s) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) **administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. **Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:**

a) **com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) **com o Estado de Minas Gerais;**

não

x sim - Se sim, descrever a relação: Servidor efetivo da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

x não

□ sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Luiz Guilherme Piva

Data nascimento: 02-06-1962

Profissão: Economista

CPF: 454.442.936-68

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

LCA Consultores

- Diretor de Investimentos e Finanças Corporativas – 2007 a 2012

Angra Partners

- Diretor de Investimentos – 2012 a 2013

Itatiaia Móveis

- CEO – Direção geral de indústria com 2.000 funcionários e faturamento anual de R\$800 milhões - 2013 a 2014

Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG

- Responsável pelas áreas de operações Estruturadas e Mercado e Capitais - Desenvolvimento de Produtos; e, Controle Internos - atualmente;
- Assessor da Presidência para Operações Estruturadas e Mercado de Capitais – 2014 a 2015 – Coordenador de projetos e fundos de Private Equity, FIDCs e PPPs.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligada, e de Finanças, Auditoria e Riscos.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2013, 2014 e/ou 2015 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

não

sim - Se sim, descrever a relação:

Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG
Assessor da Presidência do BDMG.

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco

Data nascimento: 19-08-1960

Profissão: Engenheiro Metalurgista

CPF: 371.150.576-72

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S. A.

- Diretor Presidente – 2008 a 2010.

HYDAC Tecnologia do Brasi Ltda.

- Membro do Conselho Consultivo – Desde 2010.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. - COPASA

- Membro do Conselho de Administração – Desde 2015.

Helicópteros do Brasil S.A - HELIBRAS

- *Membro do Conselho de Administração – Desde 2015.*

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

- *Diretor Presidente – Desde 2015*
- *Membro do Conselho de Administração – Desde 2015.*

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S. A. – Diretor Presidente

TERNIUM S. A. – Membro do Conselho de Administração

Vallourec S.A. – Diretor Estatutário

VALLOUREC S.A. (Boulogne-Billancourt/França) – Membro do Comitê Executivo

V&M FRANCE S.A.S. (Boulogne-Billancourt/França) – Diretor Presidente

V&M DEUTSCHLAND (Düsseldorf/Alemanha) – Diretor Presidente

V&M do BRASIL S.A. (Belo Horizonte/Brasil) – Pres. do Conselho Administração

V&M CORPORATION (Houston/USA) – Membro do Conselho de Administração

HÜTTENWERK KUPP MANNESMANN (Duisburg/Alemanha) – Membro do Cons. Administração

VALLOUREC & MANNESMANN do BRASIL – Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

MANNESMANN S. A. – Diretor Comercial

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no

mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

84%

- 12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

O Conselheiro é membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- a) outro(s) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

- b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada: *Irmão de Eliana Soares da Cunha Castelo Branco, diretora administrativa financeira da CEMIG TELECOM.*

- c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais**

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

- a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

- b) com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

- c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Nelson José Hubner Moreira

Data nascimento: 16-03-1954

Profissão: Engenheiro Eletricista

CPF: 443.875.207-87

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

- i. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

- Diretor Geral – 2009 a 2013.

- ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Light S.A

- Conselho de Administração – desde fev/2015, até a presente data

Companhia Energética de Brasília - CEB

- Conselho de Administração – jun/2014 a jan/2015.

Eletrobrás

- Conselho de Administração – set/2005 a fev/2008.
-

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

- i. **qualquer condenação criminal;**

X não

sim - Se sim, descrever:

- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

X não

sim - Se sim, descrever:

- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

87%

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Ricardo Wagner Righi de Toledo

Data nascimento: 01-09-1957

Profissão: Administrador

CPF: 299.492.466-87

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Codemig – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais S.A

- Diretor – 2015 a atual

Innovare Consultoria Ltda Economista

- Consultor Independente – Desde 2012 a 2014

Usiminas S.A.

- Diretor de Planejamento Estratégico, Fusões & Aquisições e Alianças Estratégicas – 2008 a 2012

Banco Bonsucesso S/A

- Vice-presidente – 2005 a 2008

Banco Simples S/A

- CEO – 2002 a 2005

Banco Itaú-Banestado S/A

- Diretor – 2000 a 2002

Banco Itaú S/A

- Superintendente – 1997 a 2002

Banco do Estado de Minas Gerais S/A – BEMGE
• Superintendente – 1980 a 1997

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Vodafone Brasil S/A – Membro do Conselho de Administração

IAS – Indústria Aeronáutica e Serviços S/A – Membro do Conselho de Administração

Usiminas S.A – Diretor

Banco Bonsucesso S.A – Diretor Vice-Presidente

Banco Simples S.A. – Principal executivo

Banco Itaú-Banestado S.A. – Diretor

Banco Itaú S.A. – Superintendente Banco Bengê S.A. – Superintendente

Mineração Usiminas S.A. – Membro do Conselho de Administração

Soluções Usiminas S.A. – Membro do Conselho de Administração

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

88%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro dos Comitês de Finanças, Crédito e Risco, e do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração..

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s): A Usiminas é cliente corporativo da Cemig

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Adézio de Almeida Lima

Data nascimento: 15-05-1955

Profissão: Economista

CPF: 411.419.546-72

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

- Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig
- Membro do Conselho de Administração da Fras-Le – S.A.;
- Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais-BDMG
-

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Vodafone Brasil S/A – Membro do Conselho de Administração

IAS – Indústria Aeronautica e Serviços S/A – Membro do Conselho de Administração

Usiminas S.A – Diretor

Banco Bonsucesso S.A – Diretor Vice-Presidente

Banco Simples S.A. – Principal executivo

Banco Itaú-Banestado S.A. – Diretor

Banco Itaú S.A. – Superintendente Banco Benge S.A. – Superintendente

Mineração Usiminas S.A. – Membro do Conselho de Administração

Soluções Usiminas S.A. – Membro do Conselho de Administração

c. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

iv. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

v. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

- vi. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

- 12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

0%

- 12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não aplicável

12.8. Fornecer:

- Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo**

Não aplicável

- 12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

- d) outro(s) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

- e) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

- f) administrador(es) do Estado de Minas Gerais**

não

sim - Se sim, descrever:

- 12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:**

- d) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

- e) com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

f) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim -

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Antônio Carlos de Andrada Tovar

Idade: 43 anos

Profissão: Engenheiro

CPF: 074.171.737-99

Data nascimento: 07-06-1973

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Assessor de Diretoria.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Empresa de capital fechado

Período: julho de 2001 até fev 2015

Descrição resumida: Antes de assumir a chefia do Departamento de Fontes Alternativas de Energia em 2010 foi gerente do Departamento de Transportes e Logística e engenheiro do Departamento de Gás e Petróleo. Nos últimos anos participou ativamente na estruturação de financiamentos a diversos projetos nos setores de infraestrutura, incluindo parques eólicos, usinas hidrelétricas, termelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, navegação, portos, ferrovias e rodovias.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública federal, atualmente vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. É hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

Desde a sua fundação, em 1952, o BNDES se destaca no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura e comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O Banco também vem implementando linhas de investimentos sociais, direcionados para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG – desde maio/2017;
Membro titular do Conselho de Administração titular da Energia Paulista S.A. – período 2003 a 2004;
Membro titular do Conselho Fiscal da AES Tietê S.A. – período 2005.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica – Taesa. Período 2016 a 2017

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não
 sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não
 sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não
 sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

88%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselho não é membro de comitê.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não
 sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Marco Aurélio Crocco Afonso

Data nascimento: 29-06-1961

Profissão: Economista

CPF: 382386166-20

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

- Marco Crocco é bacharel em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Economia Industrial e da Tecnologia pela UFRJ e PhD em Economia pela Universidade de Londres. Possui também pós-doutoramento pelas Universidades de Cambridge, na Inglaterra, e Paris-Dauphine ou Paris IX, na França.

- *Professor titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG e pesquisador nível 1 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Marco Crocco é especialista em economia monetária e desenvolvimento regional. Durante sua carreira publicou 39 artigos científicos em jornais nacionais e internacionais, editou 4 livros e publicou 32 capítulos de livros. Sua pesquisa concentrou-se em aspectos do desenvolvimento econômico e regional, com forte ênfase em políticas industriais e de inovação. Nos últimos 10 anos especializou-se nos estudos sobre as relações entre sistema financeiro e o desenvolvimento regional, em suas inúmeras dimensões, tais como: impactos regionais da política monetária, gestão bancária e desenvolvimento regional, financeirização e território, microcrédito, Inclusão e educação financeira, entre outras.*
- *Durante sua vida acadêmica ocupou vários cargos administrativos dentro de UFMG. Foi chefe do Departamento de Ciências Econômicas, coordenador da pós-graduação em Economia e vice-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas. Entre 2010 e 2014, foi diretor presidente da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) da UFMG. Durante sua gestão, a Fundep passou a apoiar projetos de instituições além da UFMG, tais como Agência Espacial Brasileira, Comissão Nacional de Energia Nuclear, INPE, ITA entre outras. Em 2012, assumiu a presidência do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies). Durante esse período negociou diretamente com o MEC e o MCTI o novo estatuto das Fundações, bem como o seu novo Regime Diferenciado de Compras.*
- *Ainda durante sua gestão na Fundação, estruturou o programa de apoio as Spin-offs da UFMG por meio da criação da FUNDEP Participações S.A., que aporta recursos em firmas nascentes de base tecnológica da UFMG, atuando, desta forma, no fortalecimento da relação universidade-empresas.*
- *Atualmente é diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG), vice-presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), presidente do Conselho de Administração do Parque Tecnológico de Minas Gerais (BH-TEC) e do Conselho de Administração do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi) e conselheiro dos seguintes Conselhos: Conselho Consultivo da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Conselho de Administração do SEBRAE-MG e Brazil Green Finance Council.*
- *Coordenador de redes de pesquisa internacionais, Marco Crocco é patrono da Regional Studies Association (RSA) – Latin America Division.*

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

*Membro suplente do Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG – desde maio/2017;
Membro titular do Conselho de Administração titular da Energia Paulista S.A. – período 2003 a 2004;
Membro titular do Conselho Fiscal da AES Tietê S.A. – período 2005.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica – Taesa. Período 2016 a 2017*

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro não é membro de comitê.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

X sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada: Axxion Soluções Tecnológicas SA – União Estável

:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) com o Estado de Minas Gerais;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Alcione Maria Martins Comonian

Data nascimento: 21-03-1963

Profissão: Pedagoga

CPF: 326.112.426-15

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

c. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

2015 – Secretária-Geral Adjunta de Governo do Estado de Minas Gerais

Conselheira da PRODEMGE,

Conselheira da MGS;

Conselheira da METROMINAS

2013 – Gestora e administradora da empresa MOP.

2009 / 2012 – Chefe de Gabinete da PRODABEL

- ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG – desde maio/2017;

Membro titular do Conselho de Administração titular da Energia Paulista S.A. – período 2003 a 2004;

Membro titular do Conselho Fiscal da AES Tietê S.A. – período 2005.

Transmissora Aliança de Energia Elétrica – Taesa. Período 2016 a 2017

- d. **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

- i. **qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

88%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselho não é membro de comitê.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- a) **outro(s) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada: Axxion Soluções Tecnológicas SA – União Estável

:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s): Codemig

b) com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

SECRETARIA GERAL ADJUNTA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Adézio de Almeida Lima (majoritário)	Antônio Carlos de Andrada Tovar (majoritário)
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga (majoritário)	Luiz Guilherme Piva (majoritário)
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco (majoritário)	Ricardo Wagner Righi de Toledo (majoritário)
Nelson José Hubner Moreira (majoritário)	Geber Soares de Oliveira (majoritário)
Antônio Dirceu Araújo Xavier (majoritário)	Vago (majoritário)
Marco Aurélio Crocco Afonso (majoritário)	Alcione Maria Martins Comonian (majoritário)
Agostinho Faria Cardoso (majoritário)	Vago (majoritário)

Franklin Moreira Gonçalves (majoritário)	Vago (majoritário)
---	-----------------------

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino

Data nascimento: 09-08-1982

Profissão: Relações Públicas

CPF: 053.194.916-89

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30/04/2018

Data da posse: 30/04/2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Assessora da Presidência da COPANOR/MG, desde setembro/2016

Atividades desenvolvidas: melhorias dos processos de gestão – SAP, comunicação interna, planejamento e estruturação de projetos de tecnologia, análise de impactos, suporte e organização de treinamentos para melhorias do sistema SAP;

Via Consultoria Indra Company/COPASA/MG – setembro/2009 a setembro/2016

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Assessora da Presidência da COPANOR/MG

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**
 não

sim - Se sim, descrever:

iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a. **outro(s) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. **administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. **com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. **com o Estado de Minas Gerais;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. **e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve

Data nascimento: 26-02-1976

Profissão: Advogada

CPF: 037.964.286-73

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 30/04/2018

Data da posse: 30/04/2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Subsecretária de Estado da Casa Civil do Estado de Minas Gerais - desde janeiro/2017;

Auditora-Geral do Município de Belo Horizonte - maio/2014 a dezembro/2016, coordenação de auditores;

Procuradora-Geral Adjunta do Município de Belo Horizonte, em substituição - dezembro/2012 a outubro/2013;

Gerente de Atividades de Controle Externo da procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte - julho/2012 a maio/2014; e,

Assessora Jurídica da Procuradoria-Geral do Município de Minas Gerais - fevereiro/2009 a julho/2012.

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de

tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

- 12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

- 12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

a. outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

- 12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:**

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Data nascimento: 05-10-1948

Profissão: Economista

CPF: 098044046-72

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:

Número de mandatos consecutivos: 0

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.**

Prefeitura de Belo Horizonte

- *Secretário de Finanças – janeiro/2006 a julho/2012.*

PBH Ativos S/A

- *Presidente – março/2009 a julho/2014.*

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- *Assessor – abril/2013 a dezembro/2014.*

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- *Assessor – abril/2013 a dezembro/2014.*

Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais, desde janeiro/2015;

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde janeiro/2015;

Membro do Conselho de Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, desde novembro/2015;

Membro do Conselho de Administração da Parati S.A. – Participação em Ativos de Energia Elétrica, desde março/2015.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde janeiro/2015;

Membro do Conselho de Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, desde novembro/2015;

a. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

Julgado e condenado, em 2015, em 1ª instância, conforme sentença proferida pela 4ª Vara Federal de Belo Horizonte, nos autos da Ação Penal 2008.38.00.004809-0. Interposto recurso de apelação em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (Processo nº 0004711-51.2008.4.01.3800), fundamentado no artigo 106 da Constituição Estadual de Minas Gerais que prevê ser competência do Tribunal de Justiça (2ª instância) processar e julgar originariamente secretários de estado.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2015, 2016 e/ou 2017 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação: Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais, desde janeiro/2015

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

Membro do Conselho de Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, desde novembro/2015;

Membro do Conselho de Administração da Parati S.A. – Participação em Ativos de Energia Elétrica, desde março/2015.

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Helvécio Miranda Magalhães Júnior

Data nascimento: 28-05-1963

Profissão: Médico

CPF: 561.966.446-53

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Indicação se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:

Número de mandatos consecutivos: 0

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Ministério da Saúde

Secretário de Atenção à Saúde – 2011 a 2014.

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

Presidente do Conselho de Administração da PRODEMGE

Presidente do Conselho de Administração do BDMG

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2015, 2016 e/ou 2017 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

Conselheiro de Administração da Parati S.A.

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever: Secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais; Presidente do Conselho de Administração da PRODEMGE e Presidente do Conselho de Administração do BDMG.

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Francisco Eduardo Moreira

Data nascimento: 25-05-1980

Profissão: Economista

CPF: 043.684.756-66

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Indicação se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:

Número de mandatos consecutivos: 0

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Secretario de Estado Adjunto de Governo;

Membro do Conselho de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – desde janeiro / 2015;

Advogado (profissional liberal) – exercício da advocacia: de 2003 a 31-12-2014

Furnas Centrais Elétricas: Economia Mista de capital fechado: de 18-06-20008 aq 09-05-2011.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

c. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2015, 2016 e/ou 2017 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Wieland Silberschneider

Data nascimento: 03-11-1960

Profissão: Economista

CPF: 451.960.796-53

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Indicação se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:

Número de mandatos consecutivos: 0

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais

- Auditor Fiscal da Receita Estadual – Desde janeiro/2005

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança

- Consultor de Programas – Desde janeiro/2005

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

d. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2015, 2016 e/ou 2017 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva (majoritário)	Helvécio Miranda Magalhães Junior (majoritário)
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino (majoritário)	Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve (majoritário)
Francisco Eduardo Moreira (majoritário)	Wieland Silberschneider (majoritário)